

JULIANA TOZZI DE ALMEIDA

**Dimensões comportamentais da violência contra cães e gatos,
praticada e presenciada por adolescentes,
no município de São Paulo**

São Paulo

2023

JULIANA TOZZI DE ALMEIDA

Dimensões comportamentais da violência contra cães e gatos, praticada e presenciada por adolescentes, no município de São Paulo

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Departamento:

Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal

Área de concentração:

Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses

Orientador:

Prof. Dr. Oswaldo Santos Baquero

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

(Biblioteca Virginie Buff D'Ápice da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo)

Almeida, Juliana Tozzi de
Dimensões comportamentais da violência contra cães e gatos, praticada e presenciada por adolescentes, no município de São Paulo / Juliana Tozzi de Almeida. – 2023.
67 f. : il.

Doutorado (Tese) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, São Paulo, 2023.

Programa de Pós-Graduação: Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses.

Área de concentração: Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Santos Baquero.

1. Crueldade animal. 2. Família multiespécie. 3. Maltrato animal. 4. Saúde única. 5. Violência doméstica. I. Título.



*Comissão de Ética no
Uso de Animais*

São Paulo, 29th May 2023

CERTIFIED

We certify that the proposal entitled: "*Behavioral dimensions of violence against dogs and cats, practiced and witnessed by adolescents, in the city of São Paulo*", protocol number CEUAX 4382290518 (ID 001451), under the responsibility Oswaldo Santos Baquero, agree with Ethical Principles in Animal Research adopted by Ethic Committee in the Use of Animals of School of Veterinary Medicine and Animal Science (University of São Paulo), and was approved in the meeting of day June 17, 2020.

Certificamos que a proposta intitulada: "*Dimensões comportamentais da violência contra cães e gatos, praticada e presenciada por adolescentes, no município de São Paulo*", protocolado sob o CEUAX nº 4382290518, sob a responsabilidade de Oswaldo Santos Baquero, está de acordo com os princípios éticos de experimentação animal da Comissão de Ética no Uso de Animais da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia Universidade de São Paulo, e foi aprovado na reunião de 17 de junho de 2020.

Prof. Dr. Marcelo Bahia Labruna
Coordenador da Comissão de Ética no Uso de Animais
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Camilla Mota Mendes
Vice-Coordenadora da Comissão de Ética no Uso de Animais
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Universidade de São Paulo

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autor: TOZZI DE ALMEIDA, Juliana

Título: Dimensões comportamentais da violência contra cães e gatos, praticada e presenciada por adolescentes, no município de São Paulo.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Data: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus pela proteção e pelo discernimento em minhas escolhas ao longo da minha jornada.

Ao meu marido Rafael, pelo amor, companheirismo, conselhos, e por despertar o melhor de mim.

Aos meus pais, João Manoel e Elizabeth, e meu irmão Rodrigo, pelo incentivo e apoio incondicionais desde sempre nas minhas escolhas.

Aos meus companheiros de quatro patas, Yug, Zulu, Luna, Jeff e Mia pela oportunidade de tê-los em minha vida, e me mostrarem o quanto a relação ser humano-animal é maravilhosa. O aprendizado é contínuo!

Ao professor Oswaldo, pela oportunidade de um trabalho tão desafiador e importante para entender e colaborar na prevenção da violência. Valeu muito a pena o caminho percorrido e todo o aprendizado!

Ao Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, pelo acolhimento nesta etapa da minha, em especial os queridos, Danival Lopes, Vanessa Bispo e Antônio dos Santos, por serem sempre atenciosos; e professora Evelise Oliveira, pela amizade e parceria maravilhosa em ações e projetos extensionistas.

À equipe do Laboratório de Epidemiologia e Bioestatística (LEB) - FMVZ-USP, em especial Mariana Queiroz, Stefanie Sussai, Aluisio Filho e Nicolas Cardenas pela amizade e bons momentos.

Às escolas e seus respectivos diretores, coordenadores e professores pela parceria na realização da pesquisa, por terem me recebido gentilmente e abraçado o trabalho junto comigo. Em especial, aos professores que estavam presentes nas aplicações dos questionários, tivemos diálogos enriquecedores.

A todos os alunos que colaboraram com a pesquisa, foi uma experiência única estar entre vocês.

Aos animais, por serem os atores propulsores de tudo isso; e me fazerem acreditar que a coexistência respeitosa é possível.

Às pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha jornada até aqui. Afinal, somos frutos das relações que temos ao longo da vida.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro.

*“Onde o amor impera, não há desejo de poder;
e onde o poder predomina, há falta de amor.
Um é a sombra do outro.”*

Carl Jung

RESUMO

DE ALMEIDA, J. T. **Dimensões comportamentais da violência contra cães e gatos, praticada e presenciada por adolescentes, no município de São Paulo.** 2023. 67 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A violência é um problema social e de saúde que afeta física e mentalmente a várias espécies, entre elas, a canina e a felina. Os adolescentes podem sofrer como perpetradores, testemunhas ou vítimas diretas de violência, o qual lhes compromete o desenvolvimento psicossocial. O objetivo do presente estudo foi analisar, por meio da Teoria do Comportamento Planejado (TCP), os determinantes da violência contra cães e gatos praticada e presenciada por adolescentes no município de São Paulo. A metodologia envolveu a definição do comportamento-alvo, a elicitacão de crenças para definir o conteúdo do questionário, o desenvolvimento e aplicacão do questionário e a análise de dados descritiva e mediante modelagem de equacões estruturais. A aplicacão de questionário foi presencialmente em seis escolas no município de São Paulo, com amostragem por conveniência, no total de 918 estudantes do ensino fundamental II e médio. Para a maioria dos adolescentes, a violência contra um cão ou gato não traz consequências positivas, é desaprovada e pouco praticada pelos seus referentes sociais, pode ser evitada por autocontrole, não é algo que tenham realizado no passado e está relacionada com a violência interpessoal. A contraparte minoritária, por ter se posicionado opostamente, sugere que atitudes, normas subjetivas e controle percebido são categorias estratégicas para orientar a implementacão de medidas preventivas. O controle percebido e ter presenciado violência interpessoal na família foram preditores estatisticamente significativos da intencão de maltratar e do histórico de ter maltratado cães e gatos. A significância desses construtos e a falta de significância dos outros, devem ser interpretadas à luz das limitacões do questionário utilizado. Os comportamentos agressivos não são os únicos que violentam cães e gatos. Existe uma ecologia de violências que além de acometer essas e outras espécies, gera sofrimento por meios estruturais, simbólicos e epistêmicos que marginalizam e tornam periféricos os interesses das vítimas. A pesquisa e a prevençã de comportamentos violentos contra cães e gatos devem se articular com outros esforços voltados à desestruturacão dessa ecologia, para poder assim promover a Saúde Única em Periferias.

Palavras-chave: Crueldade animal. Família multiespécie. Maltrato animal. Saúde única. Violência doméstica.

ABSTRACT

DE ALMEIDA, J. T. **Behavioral dimensions of violence against dogs and cats, practiced and witnessed by adolescents, in the city of São Paulo.** 2023. 67 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Violence is a social and health problem that affects physically and mentally several species, among them, the canine and the feline. Adolescents may suffer as perpetrators, witnesses or direct victims of violence, which compromises their psychosocial development. The aim of this study was to analyze, through the Theory of Planned Behavior (TPB), the determinants of violence against dogs and cats practiced and witnessed by adolescents in the city of São Paulo. The methodology involved the definition of the target behavior, the elicitation of beliefs to define the content of the questionnaire, the development and application of the questionnaire and the descriptive data analysis and through structural equation modeling. The questionnaire was applied in person in six schools in the city of São Paulo, with convenience sampling, in a total of 918 students of elementary school II and high school. For most adolescents, violence against a dog or cat does not bring positive consequences, is frowned upon and little practiced by its social referents, can be avoided by self-control, is not something they have done in the past and is related to interpersonal violence. The minority counterpart, having positioned itself oppositely, suggests that attitudes, subjective norms and perceived control are strategic categories to guide the implementation of preventive measures. Perceived control and having witnessed interpersonal violence in the family were statistically significant predictors of intent to mistreat and history of having mistreated dogs and cats. The significance of these constructs and the lack of significance of the others should be interpreted in light of the limitations of the questionnaire used. Aggressive behaviors aren't the only ones that rape dogs and cats. There is an ecology of violence that, in addition to affecting these and other species, generates suffering by structural, symbolic and epistemic means that marginalize and make the interests of the victims peripheral. The research and prevention of violent behaviors against dogs and cats should be articulated with other efforts aimed at the disruption of this ecology, in order to promote the One Health in Peripheries.

Keywords: Animal cruelty. Multispecies family. Animal abuse. One health. Domestic violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo da Teoria do Comportamento Planejado	19
Figura 2 - Distribuição de frequências dos itens das crenças comportamentais (medidas indiretas das atitudes), conforme a escala Likert de 1 a 7.....	31
Figura 3 - Distribuição de frequências dos itens das atitudes (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.....	32
Figura 4 - Distribuição de frequências dos itens das crenças subjetivas injuntivas (medidas indiretas), conforme a escala Likert de 1 a 7	32
Figura 5 - Distribuição de frequências dos itens das normas subjetivas injuntivas (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.....	33
Figura 6 - Distribuição de frequências dos itens das crenças subjetivas descritivas (medidas indiretas), conforme a escala Likert de 1 a 7	33
Figura 7 - Distribuição de frequências dos itens das normas subjetivas descritivas (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7	34
Figura 8 - Distribuição de frequências dos itens das crenças de controle percebido (medidas indiretas), conforme a escala Likert de 1 a 7	34
Figura 9 - Distribuição de frequências dos itens do controle percebido (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.....	35
Figura 10 - Distribuição de frequências dos itens, quanto à violência interpessoal presenciada na família, conforme a escala Likert de 1 a 7.....	35
Figura 11 - Distribuição de frequências dos itens, quanto à opinião em relação à violência interpessoal e contra animais, conforme a escala Likert de 1 a 7	36
Figura 12 - Distribuição de frequências dos itens, quanto à intenção comportamental (Q32) e ao comportamento (Q33), conforme a escala Likert de 1 a 7.....	36
Figura 13 - Matriz de correlação de crenças comportamentais (medidas indiretas)	37
Figura 14 - Matriz de correlação do construto atitudes (medidas diretas)	38
Figura 15 - Matriz de correlação do construto crenças normativas subjetivas (medidas indiretas)	38
Figura 16 - Matriz de correlação do construto normas subjetivas injuntivas (medidas diretas)	39

Figura 17 - Matriz de correlação do construto crenças normativas descritivas (medidas indiretas)	39
Figura 18 - Matriz de correlação do construto normas subjetivas descritivas (medidas diretas)	40
Figura 19 - Matriz de correlação do construto crenças de controle percebido (medidas indiretas do controle percebido).....	40
Figura 20 - Matriz de correlação do construto controle percebido (medidas diretas)	41
Figura 21 - Proporção da variância dos indicadores explicada pelos seus respectivos construtos e da variância dos desfechos explicada pelos construtos	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Questões associadas aos construtos ou desfechos, indicando o tipo de medida representada	24
Tabela 2 - Composição dos modelos de equações estruturais	28
Tabela 3 - Relação de participantes por idade, escola, série escolar e tipo de escola.....	30
Tabela 4 - Qualidade de ajuste dos modelos de equações estruturais	42
Tabela 5 - Efeitos dos construtos sobre a intenção comportamental e o comportamento	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 MATERIAL E MÉTODOS.....	21
2.1 DESENVOLVIMENTO DO QUESTIONÁRIO.....	21
2.1.1 Definição do comportamento-alvo.....	21
2.1.2 Elicitação de crenças e versão preliminar do questionário.....	21
2.1.3 Análise por juízes.....	22
2.1.4 Aplicação piloto do questionário.....	23
2.1.5 Versão final.....	23
2.2. AMOSTRAGEM.....	24
2.2.1 População-alvo, população de estudo e unidades amostrais.....	24
2.2.2 Aplicação do questionário.....	25
2.2.3 Análise de dados.....	25
3 RESULTADOS.....	30
3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	30
3.2 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DOS CONSTRUTOS DA TCP, INTENÇÃO, COMPORTAMENTO, VIOLÊNCIA PRESENCIADA NA FAMÍLIA E OPINIÃO SOBRE A TEORIA DO ELO.....	31
3.2.1 Atitudes.....	31
3.2.2 Normas subjetivas.....	32
3.2.3 Controle percebido.....	34
3.2.4 Violência interpessoal presenciada na família.....	35
3.2.5 Opinião sobre a relação da violência interpessoal e contra animais.....	36
3.2.6 Intenção comportamental e comportamento.....	36
3.3 CORRELAÇÃO ENTRE OS CONSTRUTOS E SEUS ITENS, BEM COMO, COM A INTENÇÃO E O COMPORTAMENTO.....	37
3.4 MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS.....	41
4 DISCUSSÃO.....	44
5 CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	54

APÊNDICES	62
------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

A violência é um problema social e de saúde que afeta física e mentalmente às vítimas de coletivos multiespécies diversos. A definição da violência é problemática, toda vez que é possível instrumentalizá-la para atender interesses políticos e legitimar práticas geradoras de sofrimento, como, por exemplo, quando o Estado disfarça a violência repressora que exerce à vez que estigmatiza como violentos a determinados grupos dissidentes (BUTLER, 2021), ou quando a violência é entendida como tal não pelo que acontece com as vítimas e sim pela decisão biopolítica que reconhece e condena o sofrimento causado em algumas delas, enquanto legitima e oculta o sofrimento causado em outras (BAQUERO, 2021). Segundo entendimento, é o que acontece com a crueldade animal definida como “comportamento socialmente inaceitável que causa intencionalmente dor, sofrimento ou angústia desnecessários e/ou a morte de um animal” (ASCIONE, 1999). Assim, pode-se omitir sistematicamente o caráter violento de muitas práticas destinadas à exploração industrial de algumas espécies, digamos suínos, e, simultaneamente, entendê-las como violentas e até criminalizá-las se praticadas em outras espécies, digamos em gatos. Ao considerar por um lado a necessidade dessas práticas para o enriquecimento de oligopólios do agronegócio pecuário (ALLIOT et al., 2017; BLANCHETTE, 2020) e, por outro lado, a reprovação social das mesmas dificultada por leis “ag-gag” (BROAD, 2016), muito do sofrimento infligido em animais capturados pelo agronegócio deixa de ser cruel, segundo a definição mencionada.

A despeito do rótulo de violência que uma definição arbitrária coloca ou deixa de colocar em comportamentos geradores de sofrimento, estes acometem várias espécies. No ambiente doméstico, esses comportamentos são mais facilmente entendidos como violências e, a partir daí, como sinais de disfuncionalidade familiar materializada no maltrato dos membros mais vulneráveis da família, que tipicamente são crianças, mulheres, idosos, pessoas com necessidades especiais e animais de outras espécies (COSTA et al., 2007; SLACK et al., 2011; FRANZIN et al., 2014). Os cães e os gatos são espécies frequentemente acometidas (DEGUE e DILILLO, 2009; LUCIA e KILLIAS, 2011; MILLER e KNUTSON, 1997) em função do seu predomínio demográfico, mas há de se notar que outras espécies, como roedores, pássaros e répteis também são vítimas no ambiente domiciliar (FLYNN, 1999a, 1999b).

As evidências da correlação entre a violência interpessoal e a violência contra animais de companhia é ampla, o qual suscita interesse pelas suas causas (FLYNN, 2011; GULLONE, 2014; CHAN e WONG, 2019; LONGOBARDI e BANDENES-RIBERA, 2019). Uma das hipóteses para explicar essa correlação é que os perpetradores começam violentando animais e progridem à violência interpessoal (CURRIE, 2006; ASCIONE, 2007; MCDONALD et al., 2015; NEWBERRY, 2016). Entretanto, as evidências em suporte da hipótese de progressão estão limitadas predominantemente ao histórico de violência contra animais em perpetradores de violência interpessoal. Embora esse histórico possa refletir uma sequência temporal na qual, de fato, a violência contra animais vem primeiro e a interpessoal depois, a constatação de violência contra animais no passado não descarta que a mesma tenha sido precedida por violência interpessoal. Dito de outro modo, uma criança pode começar sendo violenta contra outras crianças e posteriormente maltratar animais, sem deixar de praticar a violência interpessoal ao longo do seu desenvolvimento. Quando adolescentes ou adultas, elas podem relatar o histórico de violência contra animais, mas isso, evidentemente, não quer dizer que a violência interpessoal é posterior. Em casos de tortura grave ou morte, é mais plausível pensar que os animais são vítimas primárias, pressupondo que é mais fácil matar um animal que um humano. Entretanto, os casos graves contra animais podem ser precedidos por violência interpessoal menos severa. Dessa forma, a progressão pode ser mais de severidade e ter início na violência interpessoal em vez de ser uma violência que começa contra os animais e por causa disso progride à violência interpessoal. Todavia, a evidência também não descarta que a violência comece com os animais. Provavelmente, as duas coisas acontecem, mas por limitações metodológicas não se sabe que situação é mais prevalente e que tanto a violência contra animais é um fator causal da violência interpessoal. Portanto, atualmente, a “hipótese da progressão” refere-se mais a evidências de correlação do que a evidências causais indicativas de que o primeiro que aparece é a violência contra animais e que, devido a esse aparecimento, surge a violência interpessoal.

Outra hipótese é a do transtorno generalizado de conduta, segundo a qual a violência contra animais e a violência interpessoal se correlacionam não porque a primeira seja a causa da segunda, mas porque ambas compartilham uma causa em comum (GLEYZER et al., 2002; FLYNN, 2011; KAVANAGH et al., 2013, GULLONE,

2014). Consequentemente, torna-se relevante entender as causas comuns que levam à violência contra humanos e outros animais.

Entre as motivações da violência contra animais contempladas na literatura encontram-se: (1) controlar um animal ou moldar seu comportamento, (2) retaliar contra um animal, (3) satisfazer o preconceito contra uma espécie ou raça, (4) retaliar, coagir ou expressar violência contra uma pessoa ou animal que presencia o maltrato, (5) aprimorar as habilidades violentas, (6) demonstrar poder, impressionar ou divertir a outras pessoas, (7) obter reconhecimento ou gratificação demonstrando a capacidade violenta, (8) deslocar a hostilidade que se recebe de uma pessoa para o animal maltratado, (9) expressar raiva, (10) redirecionar a frustração, (11) imitar um referente social e, (12) satisfazer desejos sádicos inespecíficos (KELLERT e FELTHOUS, 1985, CHAN e WONG, 2019; LONGOBARDI e BANDENES-RIBERA, 2019).

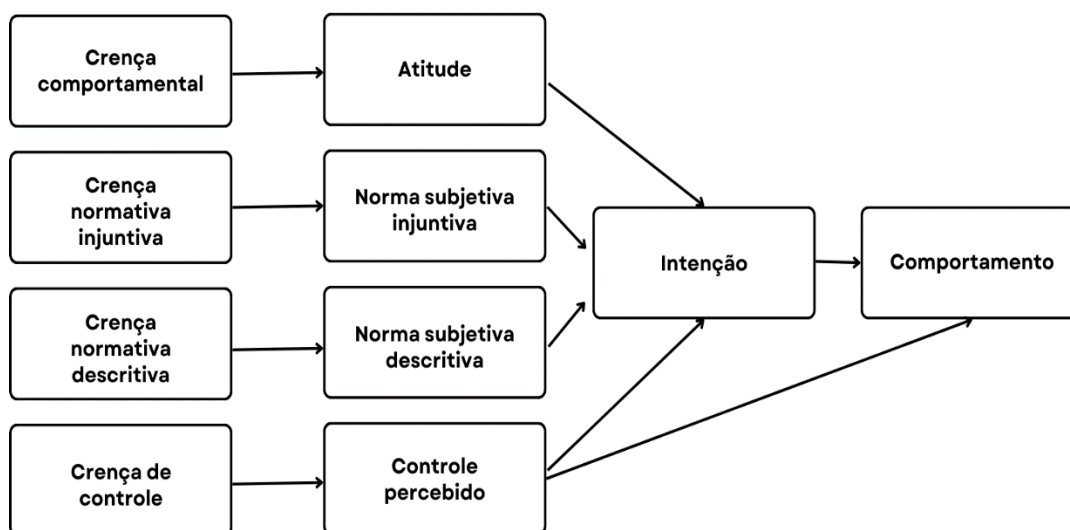
Independente das causas da correlação entre violência interpessoal e contra animais, e dos motivos que levam a maltratar um animal, este último é relevante porque: (1) gera sofrimento nos animais, (2) é um comportamento antissocial grave, perturbador e, em muitos casos ilegal, por parte de crianças e adolescentes; (3) é relativamente comum a ocorrência de testemunhar e perpetrar a crueldade animal na infância; (4) tem potenciais consequências negativas para o desenvolvimento; (5) está relacionado com a violência interpessoal; (6) é um indicador de violência familiar; e (7) sua prevenção ajuda a promover uma sociedade menos violenta (FLYNN, 2000c).

Em relação ao envolvimento de crianças e adolescentes com a exposição à violência, influencia percepções, atitudes, expectativas e comportamentos violentos, no qual compromete o desenvolvimento da empatia e seu efeito inibidor sobre a violência (ASCIONE; THOMPSON; BLACK, 1997; ADAMSON e THOMPSON, 1998; HERRERA e MCCLOSKEY, 2001; TAYLOR; SIGNAL, 2005; McPHEDRAN, 2009). Assim, quem cresce em ambientes simpáticos ou coniventes com a violência é introduzido em roteiros culturais e comportamentais que moldam o desenvolvimento neuropsicológico e a formação de memórias, levando à reprodução desses ambientes (ANDERSON, 2002; HUESMANN, 1988; FLYNN, 2000c; THOMPSON e GULLONE, 2006; DEGUE e DILILLO, 2009; BROWNE, HENSLEY, MCGUFFEE, 2016).

A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) tem sido utilizada para estudar diversos tipos de comportamentos relativos à saúde, dentre eles a violência, nos âmbitos da criminologia (KELLER e MILLER, 2015; SKRZYPIES, 2017) e doméstico

(TOLMAN, EDLESON, FENDRICH, 1996; KERNSMITH, 2005). Segundo a TCP, a intenção de realizar um comportamento precede a realização do comportamento e essa intenção é determinada por atitudes, normas subjetivas e pelo controle percebido das condições que permitem realizar o comportamento (Figura 1) (FRANCIS et al., 2004; LEEUW et al., 2015).

Figura 1 - Modelo da Teoria do Comportamento Planejado.



Fonte: Adaptado de Leeuw et al. (2015).

As atitudes são avaliações positivas ou negativas das consequências de realizar o comportamento, sendo as positivas favoráveis à intenção de realizar o comportamento (AJZEN, 1991). As normas subjetivas – injuntivas e descritivas – influenciam a intenção mediante grupos sociais de importância. No caso das injuntivas, referem-se à aprovação ou desaprovação do comportamento por parte de terceiros socialmente importantes; a aprovação favorece a intenção (KALLGREN, RENO, CIALDINI, 2000; CIALDINI, 2001; RIVIS e SHEERAN, 2003; FISHBEIN e AJZEN, 2010). As descritivas referem-se à realização do comportamento por parte desses terceiros; quando se acredita que eles o realizam, a intenção é mais propensa (KALLGREN, RENO, CIALDINI, 2000; CIALDINI, 2001; RIVIS e SHEERAN, 2003; FISHBEIN e AJZEN, 2010). Por fim, o controle percebido influencia a intenção de duas formas, pela percepção da capacidade de controlar os fatores dos quais depende o comportamento e pela confiança que se tem na capacidade de realizar o comportamento (AJZEN, 1991). De modo geral, quanto mais favorável a atitude e a

norma subjetiva, e quanto maior o controle percebido, mais forte deve ser a intenção da pessoa de realizar o comportamento em questão. Ainda, dado um grau suficiente de controle real sobre o comportamento, espera-se que as pessoas realizem suas intenções quando surgir a oportunidade. A intenção é assim assumida como o antecedente imediato do comportamento (AJZEN, 1991).

Os três tipos de determinantes - atitudes, normas subjetivas e controle percebido - podem ser representados, cada um, por um conjunto de medidas indiretas e/ou um conjunto de medidas diretas. Em qualquer caso, as medidas costumam ser codificadas em escalas Likert. As medidas diretas abordam o determinante de modo geral, enquanto as indiretas o indagam em situações específicas e ponderam a relevância dessas situações (FRANCIS et al., 2004; FISHBEIN e AJZEN, 2010). A quantificação do efeito dos determinantes sobre a intenção comportamental e/ou o comportamento alvo é comumente realizada mediante a modelagem de equações estruturais - MEE (LEEUW et al., 2015).

Os comportamentos que violentam cães e gatos, praticados ou presenciados por adolescentes, podem ser pesquisados mediante a TCP. No município de São Paulo, o mais populoso do continente americano, as poucas pesquisas sobre a violência contra animais têm se baseado em análises de necrópsia das lesões resultantes (MARLET e MAIORKA, 2010; MARIA, SALVAGNI, MAIORKA, 2013) e em análises de epidemiologia espacial considerando os efeitos da vulnerabilidade social e a relação com a violência interpessoal (BAQUERO, FERREIRA, ROBIS, 2018). Diante da falta de mais pesquisas no município e do desconhecimento das atitudes, das normas subjetivas e do controle percebido em relação à violência contra animais, o objetivo da presente pesquisa foi analisar, por meio da TCP, os determinantes da violência contra cães e gatos praticada e presenciada por adolescentes no município de São Paulo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia envolveu a definição do comportamento-alvo, a elicitacão de crenças para definir o contudo do questionário, o desenvolvimento e aplicao do questionário e, por fim, a análise descritiva e psicométrica (mediante modelagem de equao estruturais) dos dados.

O trabalho foi aprovado pelo Comit de tica em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina - USP, sob protocolo número 3687156/2019, e pela Comissão de tica no Uso de Animais da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - USP, sob protocolo número 4382280518/2018.

2.1 DESENVOLVIMENTO DO QUESTIONÁRIO

A TCP foi utilizada como referência na construo do questionário, que envolveu os construtos determinantes da inteno comportamental e do comportamento: atitudes, normas subjetivas, e controle percebido. Adicionalmente, foram considerados outros dois construtos: violência interpessoal presenciada na família e opinião sobre a relao entre violência interpessoal e contra animais.

2.1.1 Definio do comportamento-alvo

O comportamento foi definido em termos de alvo, ao, contexto e tempo (AJZEN, 1991). Assim, cães e gatos foram o alvo, a ao foi o maltrato, o contexto foi o cotidiano e o tempo, todo o período de vida transcorrido até o momento da entrevista. A inteno comportamental referiu-se  probabilidade de realizar o comportamento nos 12 meses subsequentes  entrevista.

2.1.2 Elicitao de crenças e versão preliminar do questionário

A elicitacão foi realizada por aplicao de questionário, no período de agosto a novembro de 2019, a 25 alunos do ensino médio e 25 do fundamental II, a fim de identificar contudos relevantes para incluir como itens dos construtos. Por exemplo, situao hipotéticas envolvendo maus-tratos de cães e gatos.

O questionário aplicado em sala de aula aos estudantes apresentou um total de nove questões abertas (FRANCIS et al., 2004) e o tempo médio de resposta foi de aproximadamente 20 minutos. Para eliciar crenças comportamentais (medidas indiretas das atitudes), perguntou-se: “Para você, quais seriam as vantagens e desvantagens de tratar mal cães e gatos?”. Para identificar as crenças normativas (medidas indiretas das normas subjetivas), perguntou-se: “Existe algum grupo ou pessoas que aprovam ou desaprovam o comportamento de tratar mal cães e gatos?”. Por fim, a pergunta sobre as crenças de controle (medidas indiretas do controle percebido) do comportamento foi: “Para você, quais os fatores ou circunstâncias que poderiam facilitar ou dificultar o comportamento de tratar mal cães e gatos?”. Com base nas respostas do questionário de elicitação, construiu-se um questionário preliminar com as questões que funcionariam como itens dos construtos, a serem respondidas em escalas Likert, com sete opções de resposta.

2.1.3 Análise por juízes

A versão preliminar do questionário foi submetida à análise semântica por juízes, para verificar a compreensão dos itens desenvolvidos e se representavam adequadamente o construto correspondente (FRANCIS et al., 2004; PASQUALI, 2017).

O questionário preliminar foi encaminhado em maio de 2019 a sete pesquisadores, entre médicos veterinários, biólogos e psicólogos, para compor o grupo de avaliadores, e solicitado um prazo de 15 dias para o retorno.

A formalização do convite foi feita por meio do encaminhamento de uma carta que delineava os principais conceitos teóricos envolvidos no processo de desenvolvimento dos itens do questionário, definições dos construtos da TCP e a ficha de avaliação. Os critérios que os juízes utilizaram para avaliar as questões foram relativos à clareza e pertinência, apresentados em uma escala Likert de cinco pontos. Em relação à clareza foi perguntado: “Você acredita que este item é claro o suficiente para ser entendido pela população de estudo?”; e, em relação à pertinência, “Você acredita que este item é pertinente ao estudo e à população de estudo?” (BALBINOTTI, BENETTI, TERRA, 2007; SALDANHA, BALBINOTTI, BALBINOTTI, 2015). Além das duas escalas, ao lado de cada questão, era permitido aos avaliadores um julgamento qualitativo (SALDANHA, BALBINOTTI, BALBINOTTI, 2015). Os

especialistas avaliaram se a ideia foi transmitida de forma clara, sem gerar interpretações ambíguas; se a sentença poderia ser facilmente compreendida, considerando diferentes níveis de escolaridade; e se haviam itens redundantes. Além disso, eles puderam sugerir a exclusão ou inclusão de itens. Por fim, foi aplicado o Coeficiente de Validação de Conteúdo (CVC), cuja recomendação é que seja no mínimo entre 0,7 e 0,8 (BALBINOTTI, BENETTI, TERRA, 2007; CASSEPP-BORGES, BALBINOTTI, TEODORO, 2010; NAKANO e SIQUEIRA, 2012). Concluída essa etapa, houve alterações quanto ao número de itens, pois alguns foram excluídos por não atingirem a pontuação mínima desejada no CVC e outros, por sugestão do avaliador e concordância da pesquisadora, por se encontrarem em ambiguidade.

2.1.4 Aplicação piloto do questionário

Depois de consideradas as recomendações dos juízes, e delineada uma segunda versão do questionário, este foi aplicado em dois momentos, em uma amostra piloto de 101 estudantes do ensino médio e fundamental II da Escola de Aplicação – Universidade de São Paulo, no período de agosto a outubro de 2019. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de aproximadamente 40 minutos, com orientações e discussões incluídas.

No primeiro momento foi aplicado em uma turma de ensino médio e uma de fundamental II. Além de preencherem o questionário, os alunos comentaram o formato das questões e dificuldades para entender o que estava sendo perguntado. Com base nesses comentários, o questionário foi atualizado e aplicado a outras duas turmas, de novo, uma de ensino médio e outra de fundamental II.

2.1.5 Versão final

O questionário final (APÊNDICE A) incluiu 50 questões, referentes à identificação e demografia dos adolescentes, ao convívio com cães e gatos e à violência. Todas as escalas Likert tiveram sete opções de resposta. A tabela 1 apresenta as perguntas do questionário associadas a construtos ou desfechos, além de especificar o tipo de medida (indireta ou direta) no caso dos construtos da TCP.

Tabela 1 - Questões associadas aos construtos ou desfechos, indicando o tipo de medida representada.

Questões	Construto/Desfecho	Medida
3, 4 e 5	Crenças comportamentais	Indireta das atitudes
3.1, 4.1 e 5.1	Avaliação das consequências	Peso das crenças comportamentais
14, 15, 16 e 17	Crenças normativas injuntivas	Indireta das normas injuntivas
14.1, 15.1, 16.1 e 17.1	Motivação para seguir as normas injuntivas	Peso das crenças normativas injuntivas
21, 22 e 23	Crenças normativas descritivas	Indireta das normas descritivas
21.1, 22.1 e 23.1	Motivação para seguir as normas descritivas	Peso das crenças normativas descritivas
27 e 28	Crenças de controle percebido	Indireta do controle percebido
27.1 e 28.1	Força de controle	Peso das crenças de controle percebido
6 a 13	Atitudes	Direta
18, 19 e 20	Normas injuntivas	Direta
24, 25 e 26	Normas descritivas	Direta
29, 30 e 31	Controle percebido	Direta
34 e 35	Violência interpessoal na família	-
36, 37 e 38	Opinião da relação entre violência interpessoal e contra animais	-
32	Intenção comportamental	-
33	Comportamento alvo	-

2.2 AMOSTRAGEM

2.2.1 População-alvo, população de estudo e unidades amostrais

A população-alvo foi constituída por adolescentes, enquanto a população de estudo foi formada pelos alunos do ensino médio e fundamental II, com idades entre 10 e 18 anos, matriculados em escolas do município de São Paulo.

O desenho amostral foi estratificado, por conglomerados em dois estágios. Os estratos foram o tipo de escola: estadual, municipal e privada. As unidades primárias de amostragem foram as escolas públicas e privadas recenseadas pelo Censo Escolar 2016 INEP/MEC (BRASIL, 2016), disponíveis num banco de dados do Centro de Estudos da Metrópole - CEM (CEM, 2019). As unidades secundárias de amostragem foram os alunos de ensino médio e fundamental II matriculados nessas escolas.

A seleção das escolas a serem amostradas seria probabilística, e o tamanho amostral dentro de cada estrato, proporcional ao número de escolas no estrato.

Entretanto, dado o tempo de resposta de algumas escolas e a recusa de outras, influenciados pela pandemia de Covid-19, a escolha das escolas que compuseram a amostra foi por conveniência e estratificada, sem ser em proporção ao tamanho dos estratos.

O tamanho amostral adequado para modelagem mediante equações estruturais depende da distribuição de frequências das variáveis e da associação entre as mesmas. Contudo, na literatura encontram-se recomendações como a de incluir um número de observações que seja no mínimo cinco vezes o número de itens (HAIR et al., 2005) ou, mais conservadoramente, 10 observações por parâmetro estimado (SCHREIBER et al., 2006). Como o maior modelo de equações estruturais da presente pesquisa incluiu 25 itens e estimou 64 parâmetros (ver mais abaixo), o tamanho amostral mínimo considerado foi de 125 e 640 observações, respectivamente. Tendo essa referência, buscou-se aplicar o questionário a aproximadamente 1000 adolescentes, para evitar problemas associados ao número de observações.

2.2.2 Aplicação do questionário

A coleta de dados aconteceu entre março e dezembro de 2022, após os responsáveis pelos alunos assinarem um Termo de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido, no qual se explicava o objetivo e as condições da pesquisa, além do caráter voluntário da participação e do uso anônimo dos dados coletados.

A aplicação dos questionários impressos foi em sala de aula, pela pesquisadora, com o acompanhamento de docente, após a explicação da proposta da pesquisa e orientações sobre o preenchimento do questionário. Aos alunos, foi solicitado que respondessem todas as questões do questionário, ressaltando que não havia respostas certas ou erradas e que não poderiam conversar com outros alunos durante a aplicação do mesmo. Ainda, foi reiterado que a participação era livre e espontânea, podendo haver desistência a qualquer momento durante a aplicação.

2.2.3 Análise de dados

Antes de proceder com as análises, as questões 3, 4, 5, 6, 21, 22, e 28 foram recodificadas para inverter os extremos, de modo que a opção de resposta com o

menor valor ficou à esquerda, e o maior à direita. Isso foi feito para facilitar a apresentação dos resultados, pois deixou as respostas “contrárias” à violência sempre à esquerda, no caso de todas as escalas Likert. A exceção a esse padrão foram as questões dos construtos do controle percebido (medidas diretas) e da opinião da relação entre violência interpessoal e contra cães e gatos, já que nenhum dos extremos é necessariamente contrário à violência. A análise descritiva envolveu a caracterização do perfil dos respondentes por meio do sexo biológico, idade, escolaridade e quanto ao convívio domiciliar atual ou passado com cães e gatos. Para cada construto, assim como para a intenção comportamental e o comportamento, avaliou-se a distribuição de frequências dos seus itens.

A correlação foi avaliada entre os construtos (representados pela média dos itens), bem como, entre seus respectivos itens, a intenção comportamental e o comportamento. No caso das medidas indiretas, a ponderação pelos seus respectivos pesos foi realizada antes de avaliar a correlação e de inseri-las na modelagem de equações estruturais (ver embaixo). Em função da natureza ordinal das escalas Likert, o coeficiente de correlação utilizado foi o de *Spearman*. No caso do construto da violência interpessoal presenciada na própria família e da opinião sobre a relação entre a violência interpessoal e contra animais, a análise descritiva também se fundamentou em distribuição de frequências e coeficientes de correlação de *Spearman*.

A compatibilidade entre a TCP e as relações encontradas entre as variáveis foi avaliada mediante modelos de equações estruturais (MEE), a fim de investigar quão bem os construtos explicam o desfecho e, também, qual dos construtos é o mais significativo na realização do comportamento. Esses modelos têm dois componentes, um de mensuração e outro estrutural. O de mensuração permite representar variáveis não observáveis, também chamadas variáveis latentes ou construtos, através de indicadores. Por exemplo, uma norma subjetiva injuntiva não pode ser quantificada diretamente mediante uma só questão, mas é possível usar várias escalas Likert para perguntar o que o respondente acredita em relação ao que diferentes referentes sociais pensam sobre ele realizar ou não o comportamento alvo. Ao combinar linearmente as variáveis derivadas das respostas a essas escalas, tem-se uma representação do construto hipotetizado. Esse componente de mensuração também é conhecido como análise de fatores e pode ser realizado isoladamente, sem o componente estrutural. Este último é basicamente um modelo de regressão que ajuda

a testar hipóteses causais. Por exemplo, e continuando no contexto da TCP, o efeito de construtos sobre a intenção comportamental ou sobre o comportamento é quantificado por coeficientes de regressão que representam relações causais. Em suma, na TCP, os construtos explicam e são mensurados por indicadores, isto é, medidas diretas e indiretas registradas em escalas Likert, modeladas pelo componente de mensuração, enquanto o componente estrutural é utilizado para explicar a intenção comportamental e/ou o comportamento, a partir dos construtos. Como os MEE podem não ser uma boa representação dos dados observados, a qualidade da representação deve ser avaliada por meio de métricas de qualidade de ajuste, baseadas na semelhança entre a matriz de covariância implicada pelos modelos e a matriz de covariância observada nos dados. Para uma descrição mais detalhada da síntese apresentada neste parágrafo, ver Schreiber et al., (2006).

No total foram ajustados 8 modelos (Tabela 2), descartando observações com dados faltantes. Em alguns dos modelos, os construtos indiretos predisseram os diretos e estes o desfecho (M1 e M2); outros modelos só incluíram os construtos de medidas diretas (M3 e M4) ou indiretas (M5 a M8) como preditores do desfecho.

Tabela 2. Composição dos modelos de equações estruturais.

Modelo	Desfecho	Construtos
M1	Intenção comportamental	Atitudes medidas indireta e diretamente Normas injuntivas medidas indireta e diretamente Normas descritivas medidas indireta e diretamente Controle percebido medido indireta e diretamente
M2	Comportamento	Atitudes medidas indireta e diretamente Normas injuntivas medidas indireta e diretamente Normas descritivas medidas indireta e diretamente Controle percebido medido indireta e diretamente
M3	Intenção comportamental	Atitudes medidas diretamente Normas injuntivas medidas diretamente Normas descritivas medidas diretamente Controle percebido medidas diretamente
M4	Comportamento	Atitudes medidas diretamente Normas injuntivas medidas diretamente Normas descritivas medidas diretamente Controle percebido medido diretamente
M5	Intenção comportamental	Atitudes medidas indiretamente Normas injuntivas medidas indiretamente Normas descritivas medidas indiretamente Controle percebido medido indiretamente
M6	Comportamento	Atitudes medidas indiretamente Normas injuntivas medidas indiretamente Normas descritivas medidas indiretamente Controle percebido medido indiretamente
M7	Intenção comportamental	Atitudes medidas indiretamente Normas injuntivas medidas indiretamente Normas descritivas medidas indiretamente Controle percebido medido indiretamente Violência interpessoal na própria família Opinião da relação entre violência interpessoal e contra cães e gatos
M8	Comportamento	Atitudes medidas indiretamente Normas injuntivas medidas indiretamente Normas descritivas medidas indiretamente Controle percebido medido indiretamente Violência interpessoal na própria família Opinião da relação entre violência interpessoal e contra cães e gatos

Nota: Nos modelos M1 e M2, com construtos indiretos e diretos, os indiretos foram preditores do diretos e estes do desfecho.

O método de estimação foi a máxima verossimilhança robusta, para corrigir o viés induzido pela não normalidade (FINNEY, DISTEFANO, 2006). O peso (*loading*) de um dos indicadores dentro de cada construto foi fixado em 1 (*marker method*) para reduzir o número de parâmetros a serem estimados (SCHREIBER et al., 2006). A qualidade de ajuste foi avaliada através do índice de ajuste comparativo (CFI pelas suas siglas em inglês) e da aproximação da raiz do erro quadrático médio (abreviado em inglês como RMSEA). A qualidade de ajuste considerou-se satisfatória quando o CFI > 0,95 e o RMSEA < 0,06, com um valor p superior a 0,05 (SCHREIBER et al., 2006); nos MEE, ao contrário da maioria dos testes de hipótese, o esperado é que o valor p seja maior e não menor ao ponto de corte, pois em relação a valores menores, os maiores são mais compatíveis com a hipótese nula (as matrizes de covariância não são estatisticamente diferentes). As medidas de efeito foram expressas pelos coeficientes brutos e padronizados. A proporção da variância dos indicadores explicada pelos construtos, e a variância dos desfechos explicada pelos construtos, foi expressa pelo R^2 . As análises foram realizadas utilizando os pacotes do R, tidyverse 2.0.0 (2019), lavaan 0.6 - 15 (2012), gplots 3.1.3 (2022), ggplot2 0.1.4 (2022) e ggcorrplot 0.1.4 (2022).

3 RESULTADOS

3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

O questionário foi aplicado em seis escolas, cinco públicas e uma privada. Novecentos e dezoito estudantes participaram do estudo, sendo 46,3% do ensino médio e 53,7% do fundamental II, da cidade de São Paulo (Tabela 3). Dentre os respondentes, 51,3% eram do sexo biológico feminino e 48,7% masculino, com idade média de 14,8 anos. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de aproximadamente 40 minutos, com orientações incluídas.

Tabela 3 – Relação de participantes por idade, escola, série escolar e tipo de escola.

Variável	N	%
Idade		
NA	6	0.6
11	72	7.8
12	86	9.4
13	51	5.6
14	141	15.4
15	208	22.7
16	145	15.8
17	137	14.9
18	68	7.4
19	4	0.4
Escola		
1	191	20.8
2	161	17.5
3	137	14.9
4	119	13.0
5	154	16.8
6	156	17.0
Série		
EM1	192	20.9
EM2	92	10.0
EM3	141	15.4
EF6	155	16.9
EF7	20	2.2
EF8	82	8.9
EF9	236	25.7
Tipo de Escola		

Estadual	508	55.3
Municipal	291	31.7
Privada	119	13.0

NA: *no answer*; EF: Ensino Fundamental e EM: Ensino Médio.

Em relação à convivência de cães e/ou gatos, 65,3% respondeu que convivia com esses animais em suas residências no momento da entrevista. Ainda, 6,51% relatou nunca ter convivido com cães e/ou gatos.

3.2 DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS DOS CONSTRUTOS DA TCP, INTENÇÃO, COMPORTAMENTO, VIOLÊNCIA PRESENCIADA NA FAMÍLIA E OPINIÃO SOBRE A TEORIA DO ELO.

3.2.1 Atitudes

A frequência predominante em todos os itens correspondentes a medidas indiretas (crenças comportamentais) e diretas da atitude refletiu avaliações negativas associadas às consequências de maltratar um animal (Figuras 2 e 3). Nas medidas indiretas, a porcentagem de respostas indiferentes ou correspondentes a uma avaliação positiva das consequências de maltratar um animal (de 4 a 7 da escala Likert) variou entre 0,98 e 3,49%. Nas medidas diretas, essa porcentagem variou entre 0,32 e 1,97%.

Figura 2 - Distribuição de frequências dos itens das crenças comportamentais (medidas indiretas das atitudes), conforme a escala Likert de 1 a 7.

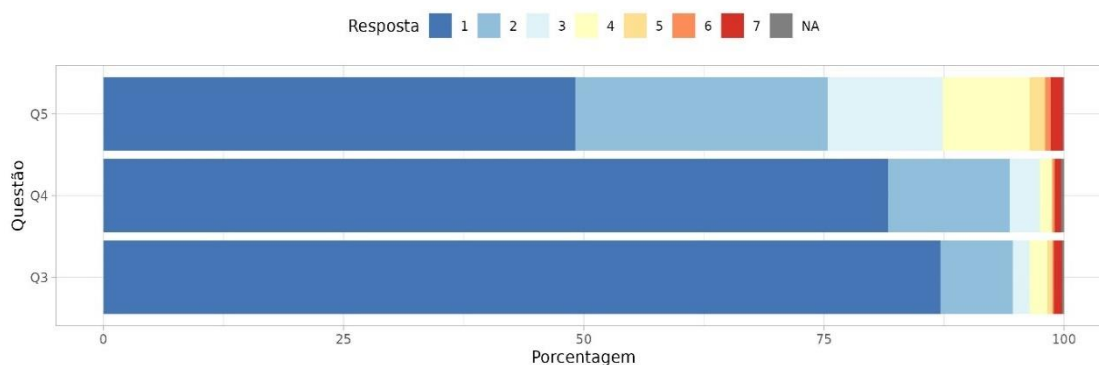
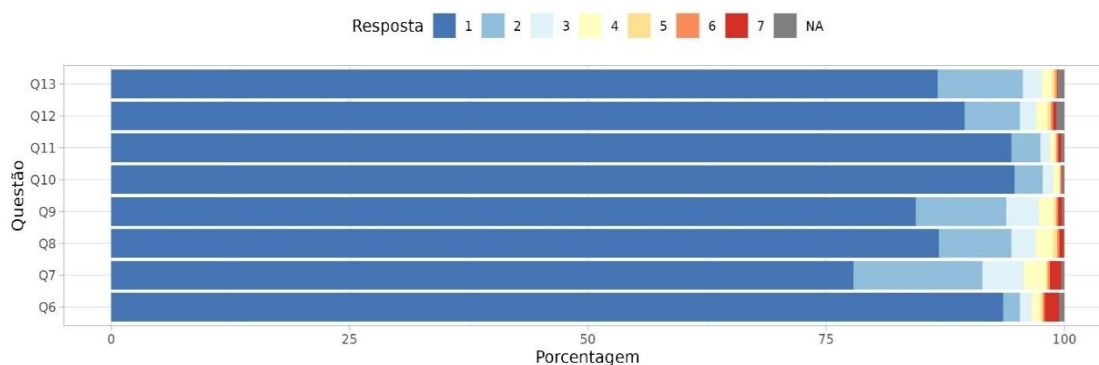


Figura 3 - Distribuição de frequências dos itens das atitudes (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.



3.2.2 Normas subjetivas

Normas subjetivas injuntivas

A frequência predominante das medidas indiretas (crenças injuntivas) e diretas das normas injuntivas foi condizente com a percepção de desaprovação do maltrato animal por parte de terceiros socialmente importantes para os respondentes (Figuras 4 e 5). A porcentagem de respostas correspondentes à indiferença ou à aprovação do comportamento por parte de terceiros socialmente importantes (de 4 a 7 da escala Likert) variou entre 1,20 e 2,42% nos itens do construto. Nas medidas diretas, essa porcentagem variou entre 1,42 e 10,70%.

Figura 4 - Distribuição de frequências dos itens das crenças subjetivas injuntivas (medidas indiretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.

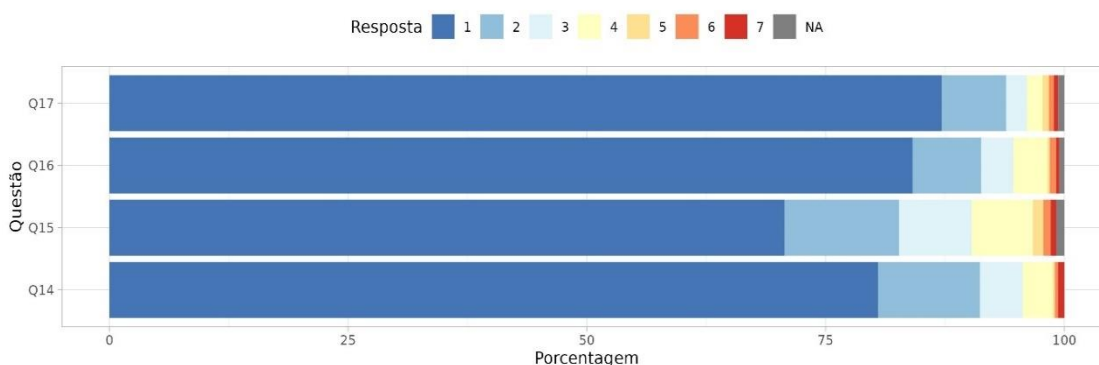
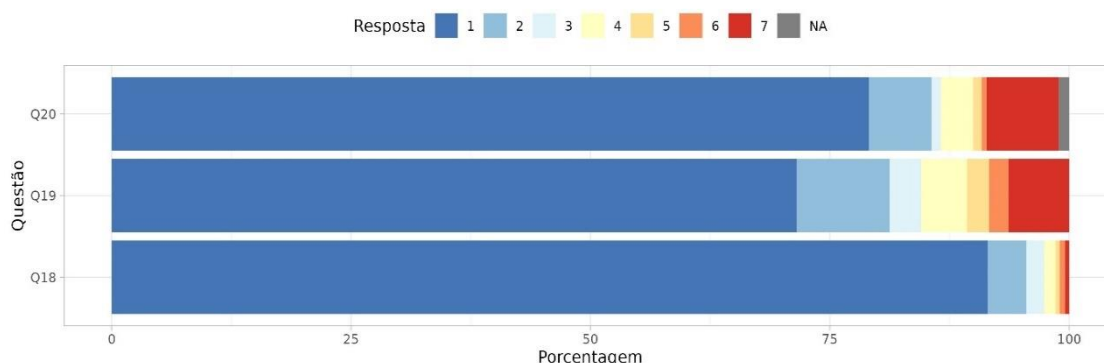


Figura 5 - Distribuição de frequências dos itens das normas subjetivas injuntivas (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.



Normas subjetivas descritivas

A percepção de que o maltrato animal é “pouco” praticado (de 1 a 3 das escalas Likert) pelas referências sociais foi o que indicou a frequência predominante das medidas indiretas (crenças descritivas) e diretas (Figuras 6 e 7). A porcentagem de respostas correspondente à percepção de que é comum maltratar animais entre os referentes sociais (de 4 a 7 da escala Likert), variou entre 4,61 e 14,40% nas medidas indiretas e entre 9,99 e 16,30% nas medidas diretas.

Figura 6 - Distribuição de frequências dos itens das crenças subjetivas descritivas (medidas indiretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.

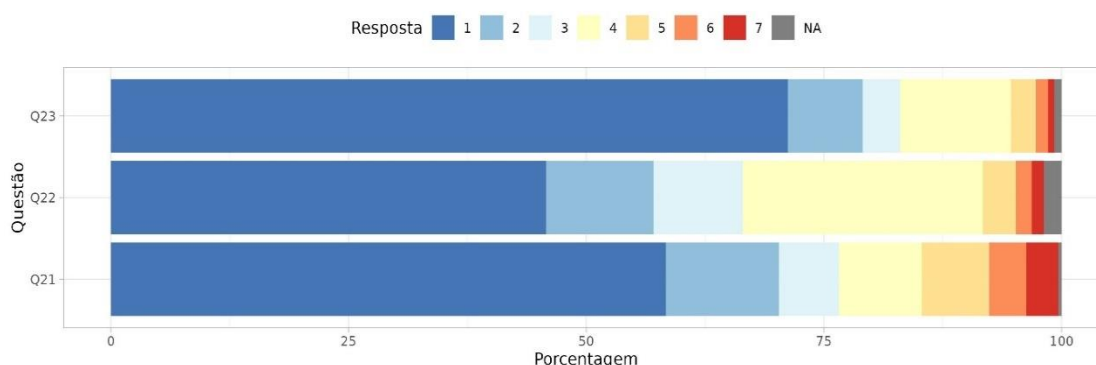
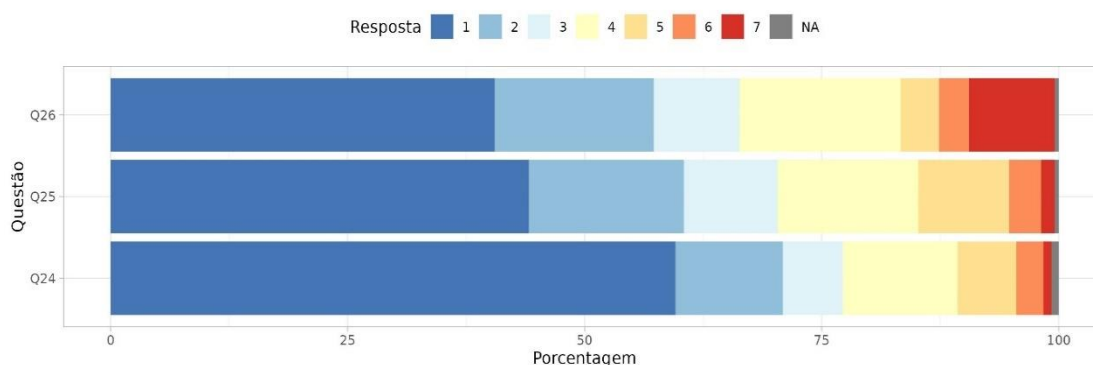


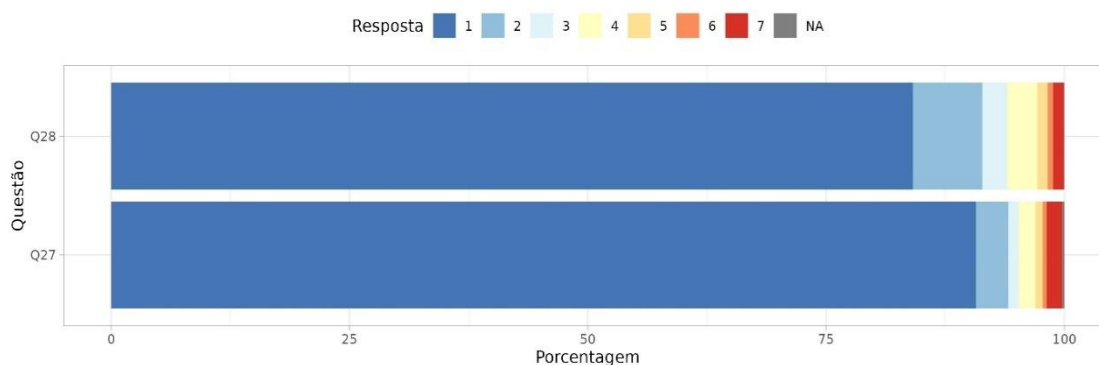
Figura 7 - Distribuição de frequências dos itens das normas subjetivas descritivas (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.



3.2.3 Controle percebido

De acordo com a frequência predominante das medidas indiretas, os respondentes possuem o controle para a não realização do comportamento em condições favoráveis, por exemplo, quando não há pessoas por perto ou quando se está com raiva (Figura 8). Em relação à falta desse controle, a variação foi entre 2,73 e 2,84%.

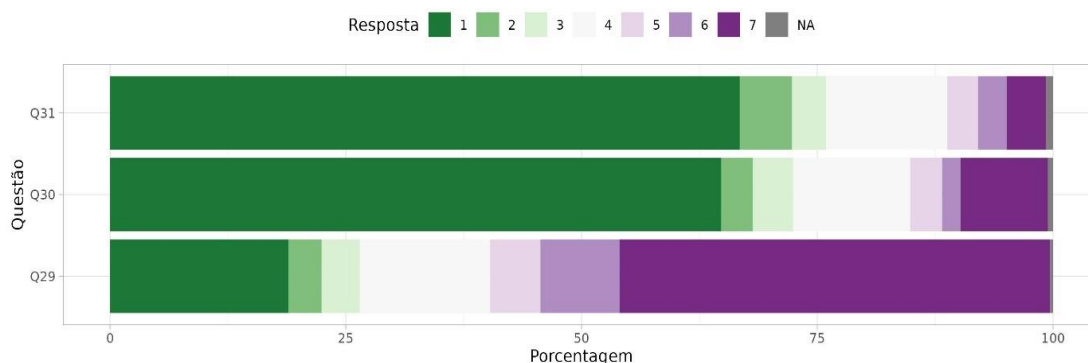
Figura 8 - Distribuição de frequências dos itens das crenças de controle percebido (medidas indiretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.



Nas medidas diretas, cujas respostas à direita das escalas não são necessariamente favoráveis à violência, o padrão de resposta foi mais heterogêneo, em vista dos cenários colocados pelas questões (Figura 9). A presença de terceiros como limitante do controle predominou, isto é, a opção de maltratar não depende só dos adolescentes (predomínio das opções à direita no item 29 e à esquerda no 31).

Também foi mais comum a falta de controle quando se trata de animais que não são do respondente (opções à esquerda no item 30).

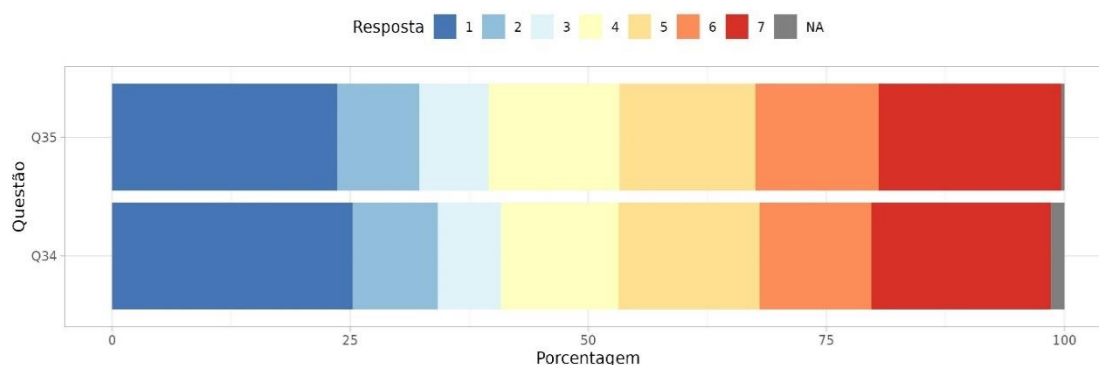
Figura 9 - Distribuição de frequências dos itens do controle percebido (medidas diretas), conforme a escala Likert de 1 a 7.



3.2.4 Violência interpessoal presenciada na família

Diferente dos construtos anteriores, aqui não houve uma frequência destacadamente predominante (Figura 10). Enquanto 25,6% e 23,7% dos respondentes relataram não ter presenciado violência em geral e verbal na família, respectivamente, 19,1% e 19,2% escolheram a opção que indica a maior frequência possível de ocorrência dessas violências.

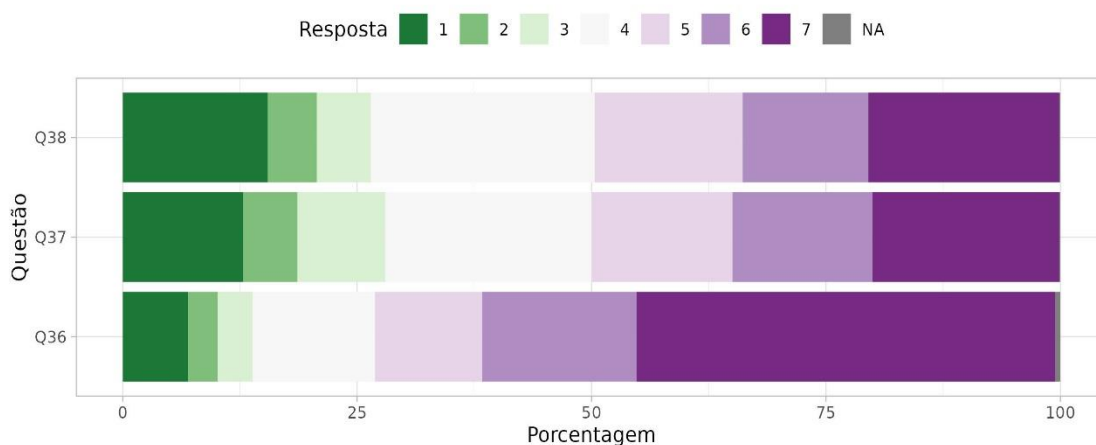
Figura 10 - Distribuição de frequências dos itens, quanto à violência interpessoal presenciada na família, conforme a escala Likert de 1 a 7.



3.2.5 Opinião sobre a relação da violência interpessoal e contra animais

Neste construto, as opções de resposta à direita não têm uma conotação necessariamente “favorável” à violência (Figura 11). Ao ver a frequência das opções de resposta entre 4 e 7 (entre 49,6% e 72,9%), e o predomínio de 6 e 7 quando consideradas conjuntamente, o que se observa é que na opinião dos respondentes a violência interpessoal e a violência contra animais estão associadas.

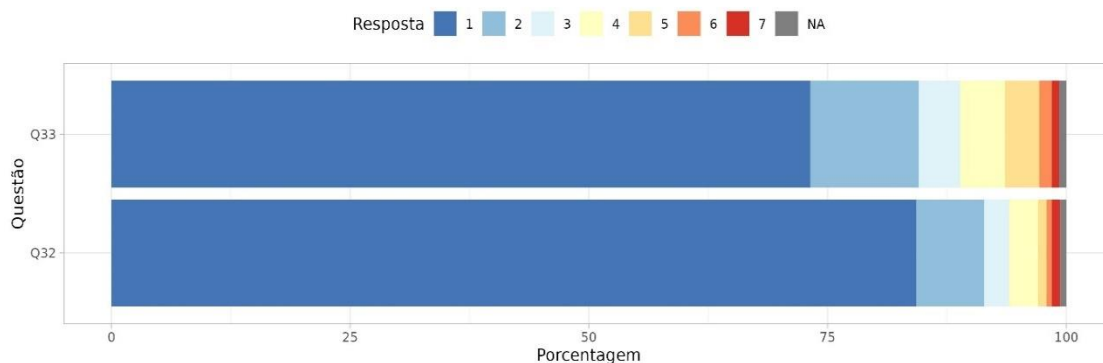
Figura 11 - Distribuição de frequências dos itens, quanto à opinião em relação à violência interpessoal e contra animais, conforme a escala Likert de 1 a 7.



3.2.6 Intenção comportamental e comportamento

A maioria dos adolescentes (84,9%) relatou ser improvável que nos 12 meses posteriores à entrevista maltratariam um animal, e 73,3% manifestou nunca ter maltratado um animal (Figura 12).

Figura 12 - Distribuição de frequências dos itens, quanto à intenção comportamental (Q32) e ao comportamento (Q33), conforme a escala Likert de 1 a 7.

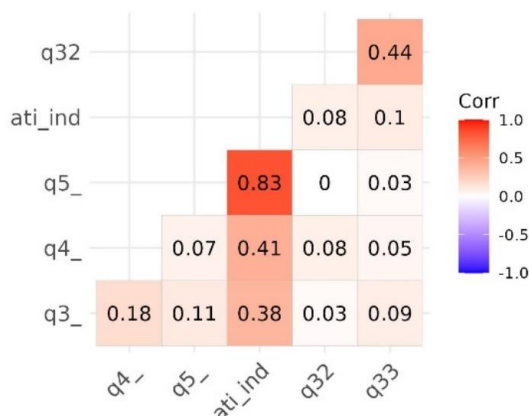


3.3 CORRELAÇÃO ENTRE OS CONSTRUTOS E SEUS ITENS, BEM COMO COM A INTENÇÃO E O COMPORTAMENTO

Todas as matrizes de correlação a seguir incluem a intenção comportamental (q32) e o comportamento alvo (q33). Como o conjunto de variáveis de cada matriz é diferente e houve dados faltantes, o número de observações completas é diferente para cada matriz. Isso fez com que a correlação entre a intenção comportamental e o comportamento alvo apresentasse pequenas variações entre as matrizes.

A correlação entre os itens ponderados e a média dos itens ponderados das crenças comportamentais (medidas indiretas das atitudes) variou entre 0,38 e 0,83 (Figura 13). A correlação entre a média dos itens ponderados e a intenção comportamental foi igual a 0,08, enquanto a correlação dessa média com o comportamento foi de 0,1.

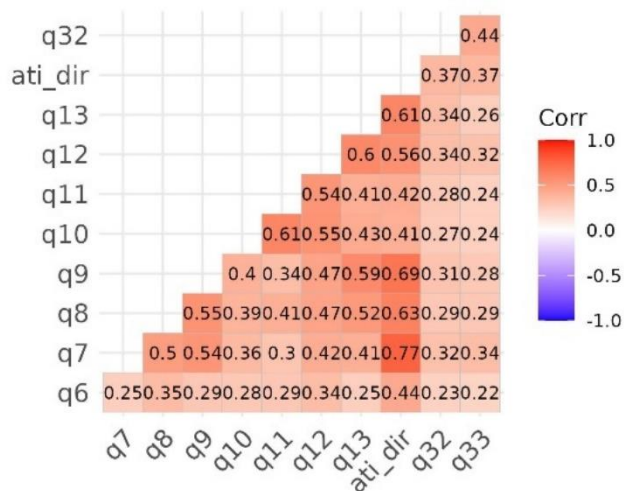
Figura 13 - Matriz de correlação de crenças comportamentais (medidas indiretas).



q3_, q4_ e q5_: ponderação dos itens q3, q4 e q5, respectivamente; ati_ind: média dos itens ponderados; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

A correlação entre os itens das atitudes (medidas diretas) variou de 0,41 e 0,77 (Figura 14). A correlação entre a média dos itens e a intenção comportamental foi igual a 0,37, e a correlação dessa média com o comportamento também foi de 0,37.

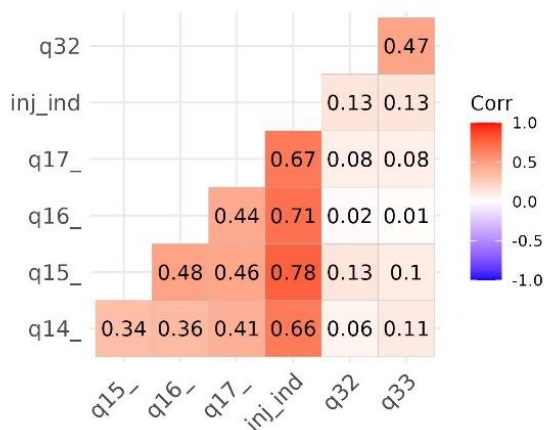
Figura 14 - Matriz de correlação do construto atitudes (medidas diretas).



q3 a 13: itens; ati_dir: média dos itens, respectivamente; ati_ind: média dos itens ponderados; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

A correlação entre os itens ponderados e a média dos itens ponderados das crenças subjetivas injuntivas (medidas indiretas) variou entre 0,66 e 0,78 (Figura 15). A correlação entre a média dos itens ponderados e a intenção comportamental foi igual a 0,13, mesmo valor da correlação entre essa média e o comportamento.

Figura 15 - Matriz de correlação do construto crenças normativas subjetivas (medidas indiretas).

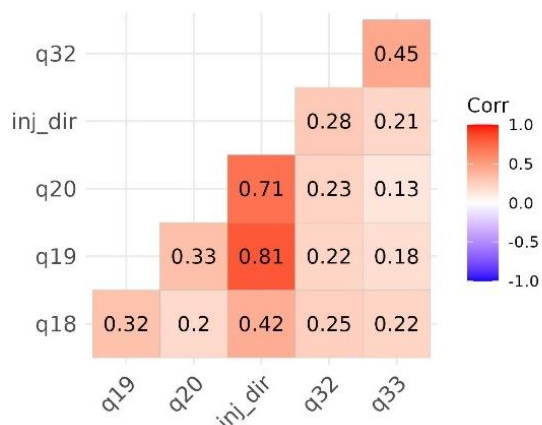


q15_, q16_ e q17_: ponderação dos itens q15, q16 e q17, respectivamente; inj_ind: média dos itens ponderados; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

A correlação entre os itens e a média dos itens das normas subjetivas injuntivas (medidas diretas) variou de 0,42 e 0,81 (Figura 16). A correlação entre a média dos

itens e a intenção comportamental foi igual a 0,28, enquanto a correlação dessa média com o comportamento foi de 0,21.

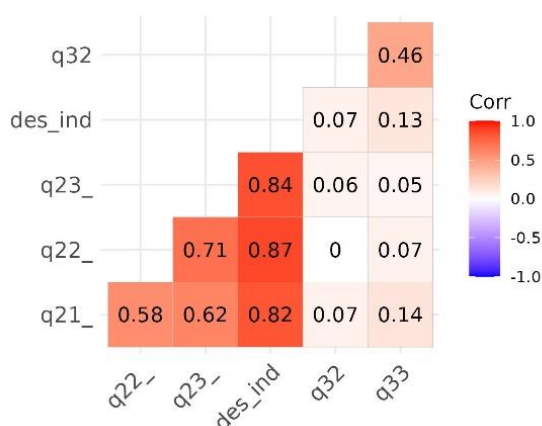
Figura 16 - Matriz de correlação do construto normas subjetivas injuntivas (medidas diretas).



q19, e q20: itens; inj_dir: média dos itens; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

A correlação entre os itens ponderados e a média dos itens ponderados das crenças subjetivas descritivas (medidas indiretas) variou de 0,82 e 0,87 (Figura 17). A correlação entre a média dos itens ponderados e a intenção comportamental foi igual a 0,07, enquanto a correlação dessa média com o comportamento foi de 0,13.

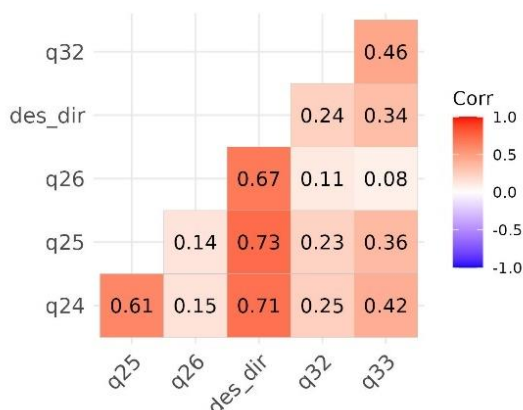
Figura 17 - Matriz de correlação do construto crenças normativas descritivas (medidas indiretas).



q22_, q23_: ponderação dos itens q22 e q23, respectivamente; des_ind: média dos itens ponderados; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

A correlação entre os itens e a média dos itens das normas subjetivas descritivas (medidas diretas) variou entre 0,67 e 0,73 (Figura 18). A correlação entre a média dos itens ponderados e a intenção comportamental foi igual a 0,24, enquanto a correlação dessa média com o comportamento foi de 0,34.

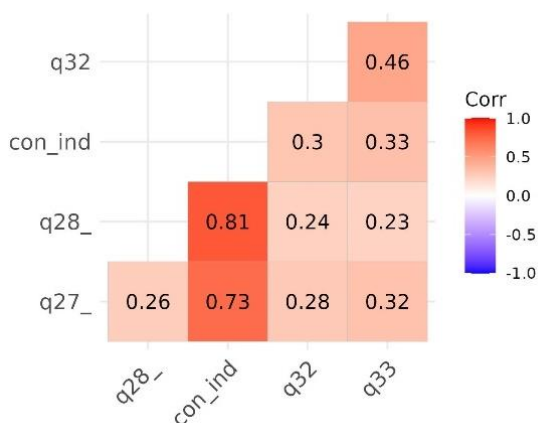
Figura 18 - Matriz de correlação do construto normas subjetivas descritivas (medidas diretas).



q24, q25 e q26: itens; des_dir: média dos itens; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

A correlação entre os itens ponderados e a média dos itens ponderados do controle percebido indireto variou entre 0,73 e 0,81 (Figura 19). A correlação entre a média dos itens ponderados e a intenção comportamental foi igual a 0,3, enquanto a correlação dessa média com o comportamento foi de 0,33.

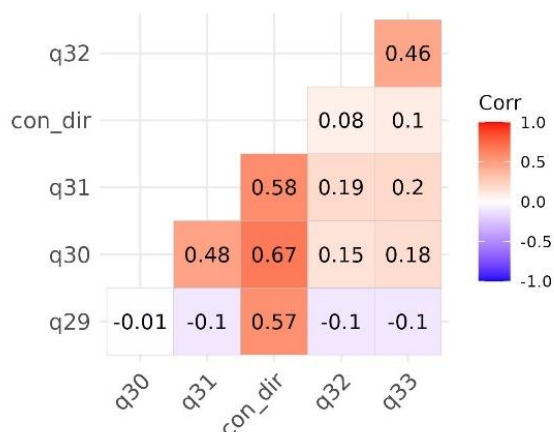
Figura 19 - Matriz de correlação do construto crenças de controle percebido (medidas indiretas do controle percebido).



q27_ e q28_: ponderação dos itens q27 e q28, respectivamente; con_ind: média dos itens ponderados; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

A correlação entre os itens do controle percebido (medidas diretas) variou de 0,57 e 0,67 (Figura 20). A correlação entre a média dos itens ponderados e a intenção comportamental foi igual a 0,08, enquanto a correlação dessa média com o comportamento foi de 0,1.

Figura 20. Matriz de correlação do construto controle percebido (medidas diretas).



q30 e q31: itens; con_dir: média dos itens; q32: intenção comportamental; q33: comportamento.

3.4 MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS

A média e mediana de dados faltantes entre as variáveis modelos foi de 7,6 e 5,5 observações respectivamente, chegando a um máximo de 33. Os modelos com ajuste satisfatório (M5 a M8) foram os que incluíram apenas construtos baseados em crenças (Tabela 4). Todos os construtos da TCP baseados em crenças tiveram um efeito positivo sobre a intenção comportamental e o comportamento, entretanto, apenas o efeito das crenças em relação ao controle percebido teve significância estatística (Tabela 5).

Tabela 4 - Qualidade de ajuste dos modelos de equações estruturais.

Modelo	CFI	RMSEA (IC 95%)	Valor p (RMSEA)	NPE	TOC
M1	0,825	0,035 (0,032 - 0,038)	1	64	727
M2	0,83	0,035 (0,032 - 0,038)	1	64	727
M3	0,873	0,041 (0,037 - 0,045)	1	43	802
M4	0,873	0,042 (0,038 - 0,047)	0,998	43	799
M5	0,95	0,026 (0,017 - 0,035)	1	35	765
M6	0,953	0,025 (0,015 - 0,033)	1	35	765
M7	0,954	0,024 (0,017 - 0,031)	1	56	748
M8	959	0,023 (0,015 - 0,030)	1	56	748

CFI: índice de ajuste comparativo; RMSEA: aproximação da raiz do erro quadrático médio; IC: intervalo de confiança; NPE: número de parâmetros estimados; TOC: total de observações completas (sem dados faltantes).

Tabela 5 - Efeitos dos construtos sobre a intenção comportamental e o comportamento.

Modelo	Construto	β	Erro padrão	β padronizado	Valor p
M5	Atitudes	0,016	0,022	0,751	0,453
	Normas injuntivas	0,036	0,03	1,212	0,226
	Normas descritivas	0,009	0,021	0,423	0,673
	Controle percebido	0,133	0,057	2,334	0,02
M6	Atitudes	0,018	0,024	0,763	0,445
	Normas injuntivas	0,034	0,036	0,947	0,343
	Normas descritivas	0,029	0,024	1,207	0,227
	Controle percebido	0,118	0,054	2,176	0,03
M7	Atitudes	0,007	0,025	0,269	0,788
	Normas injuntivas	0,043	0,03	1,443	0,149
	Normas descritivas	0,009	0,021	0,459	0,647
	Controle percebido	0,143	0,062	2,32	0,02
	Violência presenciada	0,036	0,022	1,655	0,098
M8	Teoria do elo	-0,062	0,044	-1,418	0,156
	Atitudes	0,014	0,029	0,474	0,635
	Normas injuntivas	0,047	0,038	1,235	0,217
	Normas descritivas	0,022	0,024	0,93	0,352
	Controle percebido	0,126	0,058	2,187	0,029
	Violência presenciada	0,116	0,028	4,142	0
	Teoria do elo	0,002	0,058	0,038	0,969

Nos modelos que incluíram os construtos da violência interpessoal presenciada na própria família e da opinião da relação entre violência interpessoal e contra animais, os efeitos foram positivos e significativos no caso do primeiro desses construtos; os

efeitos de outro construto tiveram um valor absoluto inferior a 0,06, sendo positivo no M7 e sem significância estatística nos dois modelos, M7 e M8 (Tabela 5). Os efeitos de maior magnitude foram os do controle percebido e da violência interpessoal presenciada na própria família (Tabela 5). Um acréscimo equivalente a 1 desvio padrão do controle percebido aumentou em 2,176 desvios padrão a intenção comportamental e em 2,34 desvios padrão o comportamento. Um acréscimo equivalente a 1 desvio padrão da violência presenciada aumentou 1,655 desvios padrão a intenção comportamental e em 4,142 desvios padrão o comportamento. A porcentagem da variância dos itens explicada pelos seus respectivos construtos oscilou entre 13% e 82%, considerando os quatro modelos (Figura 21). Os modelos M5 e M7 explicaram 28% e 27% da variância da intenção comportamental, respectivamente, enquanto os modelos M6 e M8 explicaram 19% e 22% da variância do comportamento (Figura 21).

Figura 21 - Proporção da variância dos indicadores explicada pelos seus respectivos construtos e da variância dos desfechos explicada pelos construtos.

0.32	0.17	0.13	0.29	0.42	0.35	0.39	0.49	0.49	0.69	0.53	0.28						0.28	M5	
0.32	0.17	0.13	0.3	0.41	0.35	0.39	0.5	0.48	0.66	0.56	0.27							0.19	M6
0.3	0.17	0.16	0.27	0.36	0.31	0.35	0.44	0.47	0.67	0.47	0.27	0.72	0.73	0.32	0.45	0.44	0.27	M7	
0.29	0.17	0.16	0.29	0.34	0.3	0.36	0.44	0.46	0.65	0.51	0.25	0.67	0.82	0.32	0.46	0.44		0.22	M8
q3	q4	q5	q14	q15	q16	q17	q21	q22	q23	q27	q28	q34	q35	q36	q37	q38	q32	q33	

4 DISCUSSÃO

A violência contra cães e gatos, praticada e presenciada por adolescentes no município de São Paulo, foi pesquisada com base na TCP, sendo possível descrever o perfil de respostas dos construtos dessa teoria e de outros construtos acrescentados. Os perfis predominantes foram contrários a essa violência. Alguns construtos tiveram uma associação estatisticamente significativa com o comportamento estudado e com a intenção de realizá-lo. Além dos perfis predominantes, houve outros perfis que suscitam especial consideração, pois indicam: associação percebida dessa violência com consequências positivas ou com a ausência de consequências negativas advindas da sua prática; aprovação e perpetração da mesma por parte de referentes sociais dos adolescentes; falta de controle para se conter e não cometê-la; violência interpessoal na família dos adolescentes; reconhecimento de ter violentado cães ou gatos; e intenção de voltar a cometê-la.

As medidas indiretas das atitudes permitiram aos respondentes escolher entre um extremo que indicava a previsibilidade de uma consequência negativa para o animal ou para quem maltrata, e outro extremo marcando a ausência dessa consequência. Adolescentes que optaram por respostas na direita da escala, em que o maltrato não causaria sofrimento ao animal, sugerem o desconhecimento do sofrimento que se causa ao violentar um cão ou gato.

Algumas medidas diretas das atitudes também permitiram a escolha entre consequências negativas e ausência de consequências negativas, enquanto outras apresentaram extremos efetivamente divergentes, tendo de um lado consequências negativas e de outro, positivas. Além de considerar as vítimas e os agressores, teve medidas diretas que consideraram as consequências para quem presencia a violência. Portanto, nos perfis problemáticos, além de desconhecimento do sofrimento causado às vítimas, houve medidas diretas apontando o prazer (sensação divertida, agradável) de testemunhar a violência contra um cão ou gato.

O desconhecimento e o prazer do sofrimento causado aos animais trazem implicações práticas para a prevenção da violência contra cães e gatos. Quanto ao primeiro, tem-se a possibilidade de explicar que a violência não é inócua e assim persuadir potenciais agressores com menos dificuldade. É uma possibilidade que vem da empatia que pode ser desencadeada ao mostrar que determinados

comportamentos se configuram como violência e fazem aos animais sofrerem. Em relação ao prazer associado à violência, as possibilidades preventivas perpassam pela sua compreensão para idear formas de modificá-lo. O que leva a sentir prazer pela violência contra animais ou a desejá-la, são questões a serem estudadas.

Quanto às normas injuntivas indiretas, segundo os respondentes, todos os referentes sociais considerados no questionário desaprovaram majoritariamente a violência contra cães e gatos, havendo maior tolerância dessa violência entre os colegas da escola. As normas descritivas indiretas, que dizem sobre a crença quanto à perpetração pelos referentes sociais, seguiram o mesmo padrão, sendo mais frequente entre os colegas da escola. Em relação a esse grupo social, chama a atenção o aumento de ataques armados nas escolas brasileiras, um fenômeno que tem causado mortes, traumas físicos e psicológicos, além de disseminar medo coletivo (PELLANDA et al., 2022).

A violência nas escolas do país é mais um reflexo da intensificação da violência na sociedade, observada principalmente nos últimos anos, associada às ações coordenadas de extremismo de direita, facilitadas pelo armamento da população, pelos discursos de ódio e notícias falsas; bem como, pelo distanciamento físico durante a pandemia que reduziu a sociabilidade afetiva, ampliou conexões virtuais e intensificou a exposição de muitas crianças e adolescentes à violência doméstica (PELLANDA et al., 2022). Embora não seja claro o papel da violência contra animais nessas ações e contextos no âmbito brasileiro, a experiência de outros países mostra que essa violência faz parte do histórico de perpetradores de ataques em escolas (ASCIONE, 1999; VERLINDEN; HERSEN; THOMAS, 2000; ARLUKE e MADFIS, 2014). As repercussões que a violência nas escolas possa ter na relação de adolescentes com cães e gatos também são desconhecidas, mas, talvez, o achado acima relatado (menor desaprovação por parte de colegas da escola) se relacione em parte com dessensibilização à violência e menor empatia induzidas pela exposição frequente a conteúdos relacionados com os ataques nas escolas. A empatia, por outro lado, é um componente da prevenção da violência e há evidências mostrando que seu incentivo para com animais não humanos pode resultar em relações interpessoais mais empáticas (ASCIONE, 1993). Dessa forma, a educação animalista nas escolas é condizente com a necessidade de abordagens integradas e multifacetadas para prevenir a violência.

O controle percebido conceituado na TCP tem um componente de capacidade (habilidade, autoeficácia) e outro de controlabilidade. A possibilidade de realizar o comportamento na ausência de testemunhas (questões 27 e 31 do Apêndice A) tem a ver com a controlabilidade (que tanto se tem essa possibilidade) e com a capacidade de realizar o comportamento diante dessa possibilidade (mesmo na ausência de testemunhas que possam reprovar ou incentivar o comportamento). Abster-se de realizá-lo quando se está com “raiva” (questão 28) diz da capacidade de controlar o efeito das emoções. Que tanto a possibilidade de realizar o comportamento depende de terceiros (questão 29) ou da relação que se tem com a vítima (questão 30), foram aspectos relacionados com a controlabilidade. Se por um lado as normas injuntivas mostraram o efeito inibitório da desaprovação social, o controle percebido também mostrou que a presença de terceiros limitaria as opções que se têm de maltratar um cão ou gato (questões 27, 29 e 31). Portanto, são dois achados que salientam a importância da coesão social, necessária para exercer esses efeitos preventivos. Conseqüentemente, o incentivo não deve ser somente do cuidado dos animais e da abstenção de maltratá-los, deve-se promover também a coesão social para que esse incentivo tenha maior alcance, disseminando-se socialmente.

Nas questões 27, 29 e 31 do controle percebido, é possível notar que ao envolver terceiros, relacionam-se de certa forma com as normas injuntivas. Entretanto, não se restringem à desaprovação moral como no caso dessas normas, pois a abstenção de realizar o comportamento nos cenários colocados por essas três questões pode estar relacionada à evitação de consequências punitivas advindas da reação desses terceiros. Assim, são questões que podem estar relacionadas com as atitudes, com a crença de poder se tornar vítima de punição/violência, caso o comportamento seja realizado. Algo semelhante pode se dizer das normas descritivas no sentido de terem um item que se relaciona com outros construtos, além daquele que supostamente afere. É o caso da questão 26, pois embora se refira ao comportamento de terceiros, também envolve o efeito das normas injuntivas neles. Essa relação conceitual de um item com mais de um construto, que reflete a incapacidade de ter formulado questões mais específicas, é uma limitação, pois torna menos clara a distinção entre construtos que supostamente são e agem diferentemente.

O construto da violência interpessoal presenciada na família tem relação com os construtos das normas descritivas pelo fato destes também representarem

violência presenciada. Portanto, poderia se pensar que o primeiro não é um construto separado e que seus itens deveriam estar dentro dos construtos das normas descritivas. Contudo, ele não faz parte da TCP porque nessa teoria os itens dos construtos se referem ao alvo comportamental, que no caso da presente pesquisa é o maltrato de cães e gatos, não a violência interpessoal. Esse construto foi acrescentado à TCP em vista das evidências que correlacionam a violência interpessoal e contra animais (ASCIONE, 1998; FLYNN, 2000a, 2000b; FAVER; STRAND, 2003; LORING; BOLDEN-HINES, 2004; CARLISLE-FRANK; FRANK; NIELSEN, 2004; STRAND; FAVER, 2005; ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; SIMMONS; LEHMANN, 2007; ASCIONE et al., 2007; GUPTA, 2008; VOLANT, et al., 2008; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; TRAVERS et al., 2009; FIELDING, 2010; KRIENERT et al., 2012; PEAK; ASCIONE; DONEY, 2012; TIPLADY; WALSH; PHILLIPS, 2012; FEBRES et al., 2012; HARDESTY et al., 2013; LONG; KULKARNI, 2013; HARTMAN et al., 2015; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016; NEWBERRY, 2016; BAQUERO, FERREIRA, ROBIS, 2018; MOTA-ROJAS et al., 2022; GOMES et al., 2022). Tendo em vista a dificuldade em relatar casos de violência devido a represálias (SINGER, 1988; DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999; FELSON et al., 2002), é notável o fato da maioria dos adolescentes terem indicado a presença de violência interpessoal nas próprias famílias e, ainda, aproximadamente 1 em cada 5 ter relatado que se trata de uma violência muito frequente (opção 7 das escalas). Isso enfatiza a multidimensionalidade da violência nas escolas brasileiras, pois longe de se tratar somente de ataques pontuais e relativamente “pouco” frequentes, existe uma ecologia de violências que incide de várias formas nos adolescentes, tornando-os vítimas e testemunhas.

Há um acúmulo crescente de evidências relacionando a violência interpessoal contra outros animais que, longe de descobrir um fenômeno amplamente desconhecido, parece corroborar opiniões comuns, pelo menos no caso dos adolescentes entrevistados, para os quais seria raro haver pessoas que maltratam animais, mas não outras pessoas. Em termos preventivos isso tem uma vantagem: a existência do fenômeno já é amplamente aceita, a incredulidade dela não é uma grande barreira. Por outro lado, ao explorar com mais detalhe as opiniões e pressupor que na questão 37 houve uma interpretação causal (pessoas maltratam animais porque são maltratadas por outras pessoas), percebe-se que, de acordo com as opiniões, é mais comum o maltrato animal como instrumento de ameaça interpessoal que o maltrato animal

como resposta ao maltrato recebido de outra pessoa. Sabe-se desse uso instrumental (KELLERT e FELTHOUS, 1985, CHAN e WONG, 2019; LONGOBARDI e BANDE-NES-RIBERA, 2019), mas é preciso aprofundar o conhecimento do desejo de se mostrar em posição de controle usando animais para obter reconhecimento e conformidade de outrem.

Os modelos que incluem todos os construtos da TCP (M1 e M2) não se ajustam bem aos dados. Como evidenciado pelos modelos que incluem unicamente construtos compostos por medidas diretas (M3 e M4) e os que incluem só os construtos compostos por medidas indiretas (M5 e M6), o problema de ajuste deve-se às medidas diretas, pois à diferença dos modelos M5 e M6, os modelos M3 e M4 apresentam ajuste insatisfatório. Consequentemente, os resultados dos modelos M1 e M2 não são apropriados para avaliar o efeito das crenças sobre os seus respectivos construtos de medidas diretas, por exemplo, das crenças comportamentais sobre as atitudes. Da mesma forma, os resultados dos modelos M1, M2, M3 e M4 não são adequados para inferir o efeito dos construtos de medidas diretas sobre os desfechos. Assim, não é possível avaliar como as crenças influenciam a intenção comportamental e o comportamento, por meio das atitudes, das normas subjetivas e do controle percebido. Pode-se, no entanto, inferir o efeito das crenças sobre esses desfechos, sem considerar a mediação das atitudes, das normas subjetivas e do controle percebido. É isso o que mostram os modelos M5, M6, M7 e M8, que representam adequadamente a matriz de covariância observada nos dados.

A direção dos efeitos observada nos modelos M5 a M8 é a esperada. Acreditar que o maltrato traz consequências positivas, não é reprovado socialmente e que falta controle para se abster de praticá-lo, tem uma associação positiva com a intenção de maltratar um cão ou gato, ou com o relato de já tê-los maltratado. Porém, só o controle percebido tem um efeito estatisticamente significativo. Talvez, a falta de significância do efeito dos outros construtos se deve a que os aspectos mais relevantes deles, em termos da influência que exercem nos desfechos, não foram capturados pelas questões com as que se pretendeu medi-los.

Os modelos M7 e M8 incluem os dois construtos que não fazem parte da TCP e essa inclusão melhora o valor do CFI e do RMSEA, justificando assim a decisão de ter ido além da TCP. Adolescentes que presenciam ou são vítimas de violência e, simultaneamente, são violentos com animais, podem ter maior ciência da relação entre violência interpessoal e contra animais devido à situação que vivenciam. Se

assim for e essa ciência for menos comum entre adolescentes que não têm tais experiências violentas ou as têm em menor intensidade, seria esperada uma associação estatística positiva entre a opinião que se tem da relação mencionada e a intenção de maltratar ou ter maltratado um cão ou gato. Alternativamente, acreditar que essa relação existe pode indicar maior conhecimento sobre a violência, incluindo a importância de preveni-la e de se abster de praticá-la, de forma que a associação esperada seria negativa. Entretanto, os resultados dos modelos M7 e M8 não são condizentes com nenhuma dessas possibilidades isoladamente (as duas, porém, podem coocorrer e a direção do efeito de uma cancelar o efeito da outra). Por outro lado, presenciar violência interpessoal na família associa-se positiva e significativamente com ter a intenção e/ou o histórico de violentar um cão ou gato. Esse achado destaca o papel conjunto da influência social mediada pelo exemplo e, usando analogias zoonóticas, do “transbordamento” ou “contágio” da violência entre as espécies (FLYNN, 2000c; THOMPSON e GULLONE, 2006; DEGUE e DILILLO, 2009; BROWNE, HENSLEY, MCGUFFEE, 2016).

A variabilidade da intenção comportamental (R^2 de 27% e 28% nos modelos M5 e M7) foi melhor explicada que a variabilidade do comportamento (R^2 de 19% e 22% nos modelos M6 e M8), o qual é condizente com a ideia da TCP de que os construtos determinam a intenção, e esta, determina o comportamento. Que a intenção comportamental e o comportamento não sejam variáveis iguais significa que a intenção não se traduz invariavelmente na execução do comportamento, o qual explica a perda de poder explicativo ao passar do modelo M5 ao M6 ou do M7 ao M8. De todo modo, os modelos M5 a M8 mostram que a TCP consegue explicar parte considerável da intenção de maltratar e do maltrato praticado em cães ou gatos.

Assumindo a complexidade da violência, não é de se esperar que a TCP prediga perfeitamente os desfechos. É nesse sentido que o poder explicativo dos modelos implementados, baseados na TCP, é tido como considerável, pois explicar mais de um quarto da variabilidade na intenção comportamental e aproximadamente um quinto do comportamento, é elucidar uma parte importante dessa complexidade. O potencial da TCP é ainda maior, dadas as limitações do questionário, tanto as indicadas pelo ajuste inadequado de alguns modelos e pela insignificância estatística do efeito de alguns construtos, como a comentada em relação a itens associados com mais de um construto. Aprimoramentos no questionário abrem espaço para aferir

melhor os construtos. Os valores baixos do R^2 de alguns itens dos construtos dos modelos com bom ajuste também reforçam essa possibilidade.

Independente de quão bem aferidos os construtos e da força de associação dos mesmos com os desfechos, as respostas do questionário trazem informação relevante e mostram perfis ou tendências de resposta. Como o desenho amostral não foi probabilístico, não se têm bases estatísticas para extrapolar os resultados para além da amostra. Contudo, os perfis de resposta emergiram de um grupo diverso em função do número de adolescentes envolvidos, procedentes de escolas de tipo (municipal, estadual, privado) e localização diferente. Assim, cabe especular que as tendências de resposta observadas não são uma característica específica e exclusiva unicamente dos 918 adolescentes participantes.

As relações de violência indagadas nesta pesquisa têm configurações variadas: nos itens do construto de opiniões, as vítimas humanas e animais compartilham o perpetrador; na associação entre as normas descritivas e a intenção/comportamento, a relação implícita é a do perpetrador (referente social) de violência contra animais que induz o maltrato de animais por parte do respondente, sendo possível que a vítima seja a mesma, caso em que os perpetradores compartilham a vítima animal; no construto de presença de violência interpessoal e sua associação com a intenção/comportamento, o fato de testemunhar é o que relaciona dois tipos de violência praticadas por perpetradores diferentes (familiar e respondente) contra vítimas de espécies diferentes (humanas e animais).

A variedade relacional entre perpetradores e vítimas, de atos concretos, apesar de condizente com a ideia de uma configuração ecológica, diz pouco da relação entre modalidades de violência. Mediante a TCP é possível pesquisar um comportamento específico, bem definido, identificando quem o pratica. Foi nesse sentido que a TCP foi usada aqui para pesquisar atos de violência concretos que uma pessoa definida pratica contra cães, gatos ou outras pessoas. Ocorre que a violência vai muito além de atos concretos. As violências estruturais, simbólicas e epistêmicas escapam à concretude que caracteriza agressões físicas e verbais facilmente tipificadas como violentas (BAQUERO, DA SILVA, FARIA, 2022). Portanto, há de se situar o tipo de violência que foi pesquisada, na ecologia de violências que incide de várias maneiras sobre coletivos multiespécies, entre eles os formados por humanos, gatos e cães.

A definição da ecologia de violências a partir da Saúde Única em Periferias (SUP) problematiza uma série de questões, a saber: “o que conta como violência, o

que/quem é violento e o que/quem pode ser vítima”? (BAQUERO, DA SILVA, FARIA, 2022). Isso permite identificar modalidades de violência que no caso de cães e gatos não dependem só dos seus tutores, como a objetificação desses animais até o ponto de torná-los propriedades que podem ser compradas e vendidas, e a precarização da vida dos que vivem em periferias geográficas. Também mostra que há violência no abandono de “*pets* descartáveis e substituíveis”, assim como em práticas geradoras de sofrimento que chegam a ser configuradas como cuidado, por exemplo, confinamento domiciliar excessivo de animais que se beneficiam de atividades ao ar livre, exposição a estresse desnecessário agradável para os donos. Nessas situações, os cães e os gatos são marginalizados, tornados periféricos, pois seus interesses são negligenciados em função da satisfação das preferências de quem aproveita a marginalização (quem lucra vendendo animais ou explorando mão de obra precarizada das periferias geográficas, quem se desentende de responsabilidades descartando um animal, quem gosta de conviver com animais sem se esforçar para entender como eles estão se sentindo). Essa marginalização faz parte da ecologia de violências (BAQUERO, DA SILVA, FARIA, 2022) e vulnerabiliza as vítimas, as deixa mais suscetíveis a outras violências como as exemplificadas no início do questionário para dar a entender o que se quis dizer por maltrato: “bater, chutar, deixar o animal com fome, sede, preso” (APÊNDICE A).

Decorre, da conexão entre esses maus-tratos mais evidentes e dimensões estruturais da ecologia de violências que acomete coletivos multiespécies, que mudanças nos primeiros se refletem na última. Embora não seja possível suprimir a ecologia de violências evitando unicamente os maus-tratos sofridos por cães e gatos, é por meio do sinergismo entre ações concretas e pontuais que processos estruturais se transformam. Trata-se de uma abordagem samajiana (SAMAJA, 2007) para dar sentido às estratégias preventivas no âmbito da reprodução (determinação) social da SUP (BAQUERO, 2021): a complexidade e estrutura de um todo (ecologia de violências) exerce controle amplo, mas não absoluto, sobre as partes do todo (modalidades de violência, vítimas, perpetradores, relações, estratégias preventivas), que têm autonomia relativa para se associar e transformar parcialmente a totalidade. A prevenção de algumas violências, em algumas espécies, deve se articular e dar visibilidade à prevenção de outras violências e a outras espécies vítimas da violência. As iniciativas pedagógicas para incentivar a empatia e cuidado de cães e gatos não devem reforçar a ideia de que violência é apenas espancamento e

amedrontamento ou que além de humanos, cães e gatos são as únicas vítimas que importam. A legislação para proteger essas espécies, desses atos, deve ser condizente com a proteção delas e de outras espécies contra essas e outras violências. Essa sensibilidade e preocupação com a diversidade da violência e das suas vítimas, reconhecendo o papel da marginalização, é indispensável para atenuar a ecologia de violências e promover assim a SUP (BAQUERO, FERNÁNDEZ, AGUILAR, 2021). A prevenção da violência contra cães e gatos pode contribuir com outros esforços contra a violência e receber aportes deles.

5 CONCLUSÃO

Em síntese, para a maioria dos adolescentes, a violência contra um cão ou gato não traz consequências positivas, é desaprovada e pouco praticada pelos seus referentes sociais, pode ser evitada por autocontrole, não é algo que tenham realizado no passado e está relacionada com a violência interpessoal. A contraparte minoritária, por ter se posicionado opostamente, sugere que atitudes, normas subjetivas e controle percebido são categorias estratégicas para orientar a implementação de medidas preventivas. O controle percebido e ter presenciado violência interpessoal na família foram preditores estatisticamente significativos da intenção de maltratar e do histórico de ter maltratado cães e gatos. A significância desses construtos e a falta de significância dos outros deve ser interpretada à luz das limitações do questionário utilizado. Os comportamentos agressivos não são os únicos que violentam cães e gatos. Existe uma ecologia de violências que além de acometer essas e outras espécies, gera sofrimento por meios estruturais, simbólicos e epistêmicos que marginalizam e tornam periféricos os interesses das vítimas. A pesquisa e a prevenção de comportamentos violentos contra cães e gatos devem se articular com outros esforços voltados à desestruturação dessa ecologia, para poder assim promover Saúde Única em Periferias.

REFERÊNCIAS

- ADAMSON, L. A.; THOMPSON, R. A. Coping with interparental verbal conflict by children exposed to spouse abuse and children from nonviolent homes. **Journal of Family Violence**, v.13, n. 3, p. 213-232, 1998.
- AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.
- ALLEN, M.; GALLAGHER, B.; JONES, B. Domestic violence and the abuse of pets: Researching the Link and its implications in Ireland. **Practice**, v. 18, n. 3, p. 167-181, 2006.
- ALLIOT, C.; BARTZ, D.; BECHEVA, S.; et al. Facts and figures about the corporations that control what we eat. **Agrifood Atlas**. 2017. Disponível em: https://www.boell.de/sites/default/files/agrifoodatlas2017_facts-and-figures-about-the-corporations-that-control-what-we-eat.pdf
- ANDERSON, C. A. Aggression. In: BORGATTA, E. e MONTGOMERY, R. (Eds.), **The encyclopedia of sociology**. 2. ed. New York, NY: MacMillan, 2002. p. 68-78.
- ARLUKE, A.; MADFIS, E. Animal Abuse as a Warning Sign of School Massacres: A Critique and Refinement. **Homicide Studies**, v.18, p. 7-22, 2014.
- ASCIONE, F. R. Children Who are Cruel to Animals: A Review of Research and Implications for Developmental Psychopathology, **Anthrozoös: A multidisciplinary journal of the interactions of people and animals**, v.6, n.4, p. 226-247, 1993.
- ASCIONE, F. R.; THOMPSON, T. M.; BLACK, T. Childhood cruelty to animals: Assessing cruelty dimensions and motivations. **Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of the Interactions of People and Animals**, v.10, p. 170-177, 1997.
- ASCIONE, F. R. Battered women's reports of their partners' and their children's cruelty to animals. **Journal of Emotional Abuse**, v. 1, p. 119-133, 1998.
- ASCIONE, F. R. The abuse of animals and human interpersonal violence. In: ASCIONE, F. R., ARKOW, P. **Child Abuse, Domestic Violence, and Animal Abuse**. Purdue University Press; West Lafayette, IN, USA, p. 50-61.1999.
- ASCIONE, F. R.; WEBER, C. V.; THOMPSON, T. M.; et al. Battered pets and domestic violence: animal abuse reported by women experiencing intimate violence and by nonabused women. **Violence Against Women**, v. 13, n. 4, p.354-373, 2007.
- BALBINOTTI, M. A.; BENETTI, C.; TERRA, P. R. Translation and validation of the Graham-Harvey survey for the Brazilian context. **International Journal Managerial Finance**, v.3, p. 26-48, 2007.
- BAQUERO, O. S.; FERREIRA, F.; ROBIS, M.; et al. Bayesian spatial models of the association between interpersonal violence, animal abuse and social vulnerability in São Paulo, Brazil. **Preventive Veterinary Medicine**, v.152, p.48-55, 2018.

BAQUERO, O. S. One Health of peripheries: biopolitics, social determination, and field of praxis. **Frontiers in Public Health**, v. 9, p.1-12, 2021.

BAQUERO, O. S.; FERNÁNDEZ, M. N. B.; AGUILAR, M. A. From modern planetary health to decolonial promotion of one health of peripheries. **Frontiers in Public Health**, v. 9, p.1-11, 2021.

BAQUERO, O.; DA SILVA, S. C. A.; FARIA, J. A. Ecologia de violências nas periferias urbanas em tempos de emergências sanitárias. 2022.

BLANCHETTE, A. Porkopolis: American animality, standardized life, and the factory farm. Duke University Press. 2020.

BRASIL. INEP/MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo escolar. 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>.

BROAD, G. M. Animal Production, Ag-gag Laws, and the Social Production of Ignorance: Exploring the Role of Storytelling, **Environmental Communication**, v.10, v.1, 43-61, 2016.

BROWNE, J. A.; HENSLEY, C.; MCGUFFEE, K. M. Does Witnessing Animal Cruelty and Being Abused During Childhood Predict the Initial Age and Recurrence of Committing Childhood Animal Cruelty? **International journal of offender therapy and comparative criminology**, v. 61, n. 16, p.1850-1865, 2016.

BUTLER, J. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. Boitempo Editorial. 168 p. 2021.

CARLISLE-FRANK, P.; FRANK, J. M.; NIELSEN, L. Selective battering of the family pet. **Anthrozoos**, v. 17, p. 26-42, 2004.

CASSEPP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A.; TEODORO, M. L. Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumentos. In: Pasquali, L. **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed. p. 506-520. 2010.

CEM. Centro de estudo da metrópole. Base Cartográfica Digital Georreferenciada das Escolas da RMSP 2016. 2019. Disponível em: <http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/download-de-dados>

CHAN, H. C. O.; WONG, R. W. Childhood and adolescent animal cruelty and subsequent interpersonal violence in adulthood: A review of the literature. **Aggression and violent behavior**, v. 48, p. 83-93, 2019.

CIALDINI, R. B. **Influence: Science and practice** (4th ed.). Boston, MA: Allyn & Bacon. 2001.

COSTA, M. C. O.; CARVALHO, R. C.; BÁRBARA, J. F. R. S.; et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12, p.1129-1141, 2007.

CURRIE, C. L. Animal cruelty by children exposed to domestic violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 425-435, 2006.

DEGUE, S.; DILILLO, D. Is animal cruelty a “red flag” for family violence? investigating co-occurring violence toward children, partners, and pets. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 6, p.1036–1056, 2009.

DONLEY, L.; PATRONEK, G. J.; LUKE, C. Animal abuse in Massachusetts: A summary of case reports at the MSPCA and attitudes of Massachusetts veterinarians. **Journal of applied animal welfare science: JAAWS**, v. 2, p. 59-73, 1999.

FAVER, C. A; STRAND, E. B. To leave or to stay? Battered women’s concern for vulnerable pets. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 18, n. 12, p. 1367–1377, 2003.

FEBRES, J. et al. Adulthood animal abuse among women court-referred to batterer intervention programs. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 15, p. 3115–3126, 2012.

FELSON, R. B., et al. Reasons for reporting and not reporting domestic violence to the police. **Criminology**, v. 40, n. 3, p. 617-648, 2002.

FIELDING, W. J. Domestic violence and dog care in New Providence, The Bahamas. **Society & Animals**, v. 18, p. 183–203, 2010.

FINNEY, S. J. Y.; DISTEFANO, C. Non-normal and categorical data in SEM. En G. R. Hancock y R. O. Mueller (Eds.), **Structural Equation Modeling: A second course**. Greenwich, CO: Information Age Publishing. 2006. p. 269-314.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. Predicting and changing behavior: The reasoned action approach. New York: Psychology Press (Taylor & Francis). 2010. 527 p.

FLYNN, C. P. Animal abuse in childhood and later support for interpersonal violence in families. **Society and animals**, v. 7, n. 2, p. 161-172, 1999a.

FLYNN, C. P. Exploring the link between corporal punishment and childhood animal cruelty. **Journal of Marriage and Family**, v.61, n.4, p. 971-981, 1999b.

FLYNN, C. P. Battered women and their animal companions : Symbolic interaction between human and nonhuman animals. **Society and Animals**, v. 8, n. 2, p. 99-127, 2000a.

FLYNN, C. P. Woman’s best friend: Pet abuse and the role of companion animals in the lives of battered women. **Violence Against Women**, v. 36, n. 2, p. 162-177, 2000b.

FLYNN, C. P. Why family professionals can no longer ignore violence toward animals. **Family Relations**, v. 49, p. 87-95, 2000c.

FLYNN, C.P. Examining the links between animal abuse and human violence. **Crime, Law and Social Change**, v. 55, p. 453-468, 2011.

FRANCIS, J.; ECCLES, M. P.; JOHNSTON, M.; et al. **Constructing questionnaires based on the theory of planned behaviour: A manual for Health Services Researchers**. Centre for Health Services Research, University of Newcastle upon Tyne. 2004.

FRANZIN, L. C. S.; OLANDOVSKI, M.; VETTORAZZI, M. L. T.; et al. Child and adolescent abuse and neglect in the city of Curitiba, Brazil. **Child Abuse and Neglect**, v.38, n.10, p. 1706-1714, 2014.

GALLAGHER, B.; ALLEN, M.; JONES, B. Animal abuse and intimate partner violence: Researching the link and its significance in Ireland - a veterinary perspective. **Irish veterinary journal**, v. 61, n. 10, p. 658-667, 2008.

GLEYZER, R.; FELTHOUS, A. R.; HOLZER III, C. E. Animal Cruelty and psychiatric disorders. **Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law**, v.30, n.2, p. 257-265, 2002.

GOMES, L. B.; et al. Risk factors for animal and children abuse in brazilian context of domestic violence against women. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. 1-16, 2022.

GULLONE, E. An evaluative review of theories related to animal cruelty. **Journal of Animal Ethics**, v.4, p.37-57, 2014.

GUPTA, M. Functional links between intimate partner violence and animal abuse: Personality features and representations of aggression. **Society & Animals**, v. 16, p. 223-242, 2008.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; et al. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. São Paulo: Bookmam, 2005.

HARDESTY, J. L. et al. Coercive control and abused women's decisions about their pets when seeking shelter. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 28, n. 13, p. 2617-2639, 2013.

HARTMAN, C. A. et al. Intimate partner violence and animal abuse in an immigrant-rich sample of mother-child dyads recruited from domestic violence programs. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 33, n. 6, p. 1030-1047, 2018. Epub. 2015.

HERRERA, V., MCCLOSKEY, L. Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 25, p.1037-1051, 2001.

HUESMANN, L. An information processing model for the development of aggression. **Aggressive Behavior**, v. 14, p.13-24, 1998.

KALLGREN, C. A.; RENO, R. R.; CIALDINI, R. B. A focus theory of normative conduct: When norms do and do not affect behavior. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v.26, n.8, p.1002-1012, 2000.

KASSAMBARA, A. `ggcorrplot`: Visualization of a Correlation Matrix using 'ggplot2'. R package version 0.1.4, 2022. <https://CRAN.R-project.org/package=ggcorrplot>

KAVANAGH, P. S.; SIGNAL, T. D.; TAYLOR, N. The Dark triad and animal cruelty: Dark personalities, dark attitudes, and dark behaviors. **Personality and Individual Differences**, v.55, p. 666-670, 2013.

KELLER, P. H.; MILLER, M. K. Using the Theory of Planned Behavior to predict crime reporting intent. **Applied Psychology in Criminal Justice**, v.11, n.3, p.193-206, 2015.

KELLERT, S. R.; FELTHOUS, A. R. Childhood Cruelty toward animals among criminals and noncriminals. **Human Relations**, v. 38, n. 12, p. 1113-1129, 1985.

KERN SMITH, P. Treating Perpetrators of Domestic Violence: Gender Differences in the Applicability of the Theory of Planned Behavior. **Sex roles**, v.52, p. 757-770, 2005.

KRIENERT, J. L. et al. Examining the nexus between domestic violence and animal abuse in a national sample of service providers. **Violence and Victims**, v. 27, n. 2, p. 280-285, 2012.

LEE UW, A.; VALOIS, P.; AJZEN, I.; et al. Using the theory of planned behavior to identify key beliefs underlying pro-environmental behavior in high-school students: Implications for educational interventions, **Journal of Environmental Psychology**, v. 42, p. 128-138, 2015.

LEVITT, L.; HOFFER, T. A.; LOPER, A. B. Criminal histories of a subsample of animal cruelty offenders. **Aggression and Violent Behavior**, v. 30, p. 48-58, 2016.

LONG, D. D.; KULKARNI, S. J. Cross-reporting of interpersonal violence and animal cruelty: The charlotte project. **Journal of Sociology and Social Welfare**, v. 40, n. 4, p. 131-148, 2013.

LONGOBARDI, C.; BADENES-RIBERA, L. The relationship between animal cruelty in children and adolescent and interpersonal violence: A systematic review. **Aggression and violent behavior**, v. 46, p. 201-211, 2019.

LORING, M. T.; BOLDEN-HINES, T. A. Pet abuse by batterers as a means of coercing battered women into committing illegal behavior. **Journal of Emotional Abuse**, v. 4, p. 27-37, 2004.

LUCIA, S.; KILLIAS, M. Is animal cruelty a marker of interpersonal violence and delinquency? Results of a Swiss National Self-Report study. **Psychology of Violence**, v. 1, n. 2, p. 93-105, 2011.

MARIA, A. C. B. E.; et al. Óbitos de cães e gatos durante procedimentos de banho e tosa: uma realidade pouco conhecida no Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina Veterinária, v. 13, n. 2, p. 24-29, 2015.

MARLET, E. F., MAIORKA, P. C. Análise retrospectiva da crueldade contra cães e gatos na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Pesquisa Veterinária e Zootecnia**, v.47, n. 5, p. 385-394, 2010.

McDONALD, S. E. et al. Children's experiences of companion animal maltreatment in households characterized by intimate partner violence. **Child Abuse and Neglect**, v.50, p. 116-127, 2015.

McPHEDRAN, S. A review of the evidence for associations between empathy, violence, and animal cruelty. **Aggression and Violent Behavior**, v.14, p. 1-4, 2009.

MILLER, K. S.; KNUTSON, J. F. Reports of severe physical punishment and exposure to animal cruelty by inmates convicted of felonies and by university students. **Child Abuse and Neglect**, v. 21, p. 59-82, 1997.

MOTA-ROJAS, D.; et al. Animal Abuse as na Indicator of Domestic Violence: One Health, OneWelfare Approach. **Animals**, v.12, n. 977, p. 1-22, 2022.

NAKANO, T. C.; SIQUEIRA, L. G. Validade de conteúdo da Gifted Rating Scale (versão escolar) para a população Brasileira. **Avaliação Psicológica**, v.11, p.123-40, 2012.

NEWBERRY, M. Pets in danger: Exploring the link between domestic violence and animal abuse. **Aggression and Violent Behavior**, v. 34, p. 1-9, 2016.

PASQUALI, L. Validade dos testes. **Revista Examen**. Brasília, p.14-48. 2017.

PEAK, T.; ASCIONE, F.; DONEY, J. Adult protective services and animal welfare: Should animal abuse and neglect be assessed during adult protective services screening? **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 24, p. 37-49, 2012.

PELLANDA, A.; SANTOS, C. A.; DADICO, C.M.; et al. Relatório ao governo de transição. **O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no brasil**: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental. 2022.

RIVIS, A.; SHEERAN, P. Descriptive norms as an additional predictor in the theory of planned behaviour: a meta-analysis. **Current Psychology: Developmental, Learning, Personality, Social**, v. 22, p. 218-233. 2003.

SALDANHA, R. P.; BALBINOTTI, M. A.; BALBINOTTI, C. A. Tradução e validade de conteúdo do Youth Sport Value Questionnaire 2. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, v.37, n.4, p. 383-388, 2015.

SAMAJA, J. **Epistemología de la salud: reproducción social, subjetividad y transdisciplina**. Buenos Aires: Lugar. 2007.

SCHREIBER, J. B.; NORA, A.; STAGE, F. K.; et al. Reporting Structural Equation Modeling and Confirmatory Factor Analysis Results: A Review, **The Journal of Educational Research**, v. 99, n. 6, p. 323-338, 2006.

SIMMONS, C. A.; LEHMANN, P. Exploring the link between pet abuse and controlling behaviors in violent relationships. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 22, n. 9, p. 1211-1222, 2007.

SINGER, S. I. The Fear of Reprisal and the Failure of Victims to Report a Personal Crime Source. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 4, n. 3, p. 289-302, 1988.

SKRZYPIEC, G. Adolescents' Intentions to Engage in Criminal Activity: A Cross-Disciplinary Approach Linking Theories From Social Psychology and Criminology, **Journal of Forensic Psychology Research and Practice**, p. 305-337, 2017.

SLACK, K. S.; BERGER, L. M.; DUMONT, K., et al. Risk and protective factors for child neglect during early childhood: A cross-study comparison. **Children and Youth Services Review**, v.33, p.1354-1363, 2011.

STRAND, E. B.; FAVER, C. A. Battered women's concern for their Pets: A closer look. **Journal of Family Social Work**, v. 9, n. 4, p. 39-58, 2005.

TAYLOR, N.; SIGNAL, T. D. Empathy and attitudes to animals. **Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of the Interactions of People and Animals**, v.18, p.18-27, 2005.

THOMPSON, K.; GULLONE, E. An investigation into the association between the witnessing of animal abuse and adolescents' behavior toward animals. **Society and Animals**, v. 14, n. 3, p. 221-243, 2006.

TIPLADY, C. M.; WALSH, D. B.; PHILLIPS, C. J. C. Intimate partner violence and companion animal welfare. **Australian Veterinary Journal**, v. 90, n. 1-2, p. 48-53, 2012.

TOLMAN, R. M.; EDLESON, J. L.; FENDRICH, M. The applicability of the theory of planned behavior to abusive men's cessation of violent behavior. **Violence and Victims**, v.11, n.4, p. 341-354, 1996.

TRIVERS, C. et al. Cruelty towards the family pet: a survey of women experiencing domestic violence on the Central Coast, New South Wales. **Medical journal of Australia**, v. 191, n. 7, p. 409-410, 2009.

VERLINDEN, S.; HERSEN, M.; THOMAS, J. Risk factors in school shootings. **Clinical Psychology Review**, v. 20, p. 3-56, 2000.

VOLANT, A. M. et al. The relationship between domestic violence and animal abuse: an Australian study. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 23, n. 9, p. 1277–1295, 2008.

WARNES, G.; BOLKER, B.; BONEBAKKER, L.; et al. (2022). `_gplots: Various R Programming Tools for Plotting Data_`. R package version 3.1.3. <https://CRAN.R-project.org/package=gplots>

WICKHAM, H.; AVERICK, M.; BRYAN, J.; et al. “Welcome to the tidyverse.” R package version 2.0.0. **Journal of Open Source Software**, v.4, n.43, 2019. <https://doi.org/10.21105/joss.01686>.

YVES, R. Lavaan: An R Package for Structural Equation Modeling. R package version 0.6 - 15. **Journal of Statistical Software**, v. 48, n. 2, p. 1-36, 2012. <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>

APÊNDICE A – Questionário (versão final)

NOSSA RELAÇÃO COM CÃES E GATOS

Olá! Agradecemos muito sua participação em nossa pesquisa, pois ajudará a entendermos melhor a nossa relação com cães e gatos. Não há respostas certas ou erradas. Apenas queremos saber sua opinião!



Antes de começar nas próximas páginas, veja exemplos de como marcar sua resposta:

A maioria dos brasileiros gostam de chocolate?

- 1) Se você acha *improvável*, sua resposta deve ser:

Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável

- 2) Se você acha *muito provável*, sua resposta deve ser:

Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável

- 3) Se você acha que a probabilidade das pessoas que gostam de chocolate é igual à probabilidade das pessoas que não gostam de chocolate, sua resposta deve ser:

Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável

- 4) Se você acha *pouco provável*, mas não *improvável*, sua resposta deve ser:

Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável

ou

Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável

- 5) Se você acha *provável*, mas não *muito provável*, sua resposta deve ser:

Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável

ou

Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável

Nome: _____

Sexo biológico: masculino () feminino ()

Idade: ____ anos

Distrito / bairro onde mora: _____

Escola: _____ Série: _____

As perguntas a seguir estão relacionadas ao modo que tratamos **cães e gatos**. Tratar mal um animal é quando se pratica atos ou omissões que provoquem dor ou sofrimento aos animais: bater, chutar, deixar o animal com fome, sede, preso; entre outros.

1. Você tem cães e/ou gatos em casa? Sim () Não ()
(Se sua resposta for sim, vá para a pergunta número 3.)
2. Você já teve com cães e/ou gatos em casa? Sim () Não ()
3. Se você tratar mal um animal, ele vai sofrer?
Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável
- 3.1. É importante evitar que o animal sofra?
Nem um pouco 1 2 3 4 5 6 7 Muito
4. Se você tratar mal um animal, ele vai se sentir triste?
Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável
- 4.1. É importante evitar que o animal fique triste?
Nem um pouco 1 2 3 4 5 6 7 Muito
5. Se você tratar mal um animal, ele pode ser agressivo com outras pessoas?
Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável
- 5.1. É importante evitar essa agressividade?
Nem um pouco 1 2 3 4 5 6 7 Muito
6. Se você tratasse mal um animal, para você seria:
Muito sem graça 1 2 3 4 5 6 7 Muito divertido
7. Se você tratasse mal um animal, para você seria:
Imperdoável 1 2 3 4 5 6 7 Nada de mais
8. Se você tratasse mal um animal, para você seria:
Muito cruel 1 2 3 4 5 6 7 Totalmente normal
9. Se você tratasse mal um animal, para você seria:
Totalmente inaceitável 1 2 3 4 5 6 7 Totalmente aceitável
10. Se você presenciara alguém tratando mal um animal, para você seria:
Muito sem graça 1 2 3 4 5 6 7 Muito divertido
11. Se você presenciara alguém tratando mal um animal, para você seria:
Muito desagradável 1 2 3 4 5 6 7 Muito agradável

22. Algum dos seus colegas da escola trata ou já tratou mal algum animal?
 Não, ninguém 1 2 3 4 5 6 7 Sim, todos
 22.1 O que você acha disso?
 Muito errado 1 2 3 4 5 6 7 Muito certo
23. Algum dos seus melhores amigos trata ou já tratou mal algum animal?
 Não 1 2 3 4 5 6 7 Sim, bastante
 23.1 O que você acha disso?
 Muito errado 1 2 3 4 5 6 7 Muito certo
24. Das pessoas mais importantes para você, pelo menos uma já tratou mal algum animal.
 Não, nenhuma 1 2 3 4 5 6 7 Sim, todas
25. Mesmo que você não saiba, você acha que entre as pessoas mais importantes para você, algumas tratam ou já trataram mal algum animal?
 Não, nenhuma 1 2 3 4 5 6 7 Sim, todas.
26. As pessoas mais importantes para você se preocupariam com a opinião de outras pessoas sobre tratar mal um animal.
 Não, nenhuma 1 2 3 4 5 6 7 Sim, todas.
27. Você trataria mal um animal sem que ninguém saiba?
 Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável
 27.1 Você tem essa oportunidade?
 Nunca 1 2 3 4 5 6 7 Bastante
28. Se você estiver com raiva, trataria mal um animal?
 Improvável 1 2 3 4 5 6 7 Muito provável
 28.1 No geral, você se considera uma pessoa feliz?
 Nem um pouco 1 2 3 4 5 6 7 Muito
29. Tratar mal um animal ou não, depende apenas de mim.
 Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente
30. Tratar mal um animal ou não, vai depender se ele for meu ou não.
 Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente
31. Tratar mal um animal ou não, vai depender se tiver pessoas próximas a mim.
 Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente

32. Nos próximos 12 meses (1 ano) você poderá tratar mal algum animal?
Improvável

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muito provável
33. Você já tratou mal algum cão ou gato?
Não, nunca

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Sim, bastante
34. Você já viu alguém da sua família ameaçando ou agredindo verbalmente outra pessoa da família?
Não, nunca

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Sim, bastante
35. Você já viu alguém da sua família tratando mal outra pessoa da família?
Não, nunca

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Sim, bastante
36. Pessoas que tratam mal os animais também tratam mal as pessoas?
Improvável

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muito provável
37. Pessoas que são tratadas mal por outras pessoas, podem tratar mal um animal?
Improvável

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muito provável
38. É possível que pessoas tratem mal os animais para que outras pessoas fiquem com medo delas?
Improvável

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

 Muito provável